

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Wilson Gutemberg Costa

**O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM PROJETO PARA REGIÃO DO
ITAIM PAULISTA**

São Paulo

2006

WILSON GUTEMBERG COSTA

TURMA 2004

**O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM PROJETO PARA REGIÃO DO
ITAIM PAULISTA**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Especialista em Gestão Empresarial
Estratégica, do curso de MBA Executivo, turma 2004.

Orientador: Prof. Anderson Mello Silva

São Paulo

2006

TERMO DE APROVAÇÃO

WILSON GUTEMBERG COSTA

O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM PROJETO PARA REGIÃO DO ITAIM PAULISTA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão do Programa de Pós-Graduação - MBA Executivo em Gestão Empresarial Estratégica - USP, turma 2004.

Comissão de avaliação formada pelos examinadores:

Prof.

Prof.

Prof.

CONCEITO FINAL: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais José Aparecido e Maria Helena;

Aos meus irmãos Nilson, Tatiana e Fabiana;

A minha amada, Ana Paula;

e ao meu amado filho Arthur.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu agradeço a Deus pela vida, saúde, família e por tudo que Ele tem me proporcionado.

A conclusão deste trabalho só foi possível com a colaboração, apoio e compreensão das pessoas que fazem parte da minha vida. Agradeço aos meus pais, Maria Helena e José Aparecido, pela confiança e amor que eles têm me dado ao longo destes anos. A minha amada, Ana Paula, pela paciência e por ser a minha motivação. Aos meus irmãos Nilson, Fabiana e Tatiana por fazerem parte da minha vida. Aos meus amigos, pela paciência, principalmente pela compreensão da minha ausência.

Um agradecimento especial ao Dr. Diógenes Sandim Martins e a arquiteta Dr. Rosane Segantin Keppke, pela grande garra na condução do projeto e pelo aprendizado que vocês me proporcionaram.

Desculpo-me por eventuais omissões e reitero meus sinceros agradecimentos.

Muito obrigado a todos!

EPÍGRAFE

O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele, destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto.

Thomas Huxley

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. DESENVOLVIMENTO LOCAL	17
1.1 O que significa o local?	17
1.2 O que significa Desenvolvimento?	18
1.3 O que é Desenvolvimento Local?	19
1.4 Por que Desenvolvimento Local em época de globalização? ...	21
1.5 Por que precisa ser integrado?	22
1.6 Como gerar trabalho e renda com o Desenvolvimento Local? .	24
1.7 Onde articular os projetos de Desenvolvimento Local?	26
2. EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA INFORMAL	28
2.1 Empreendedorismo e Desenvolvimento	28
2.2 Desemprego e Economia Informal	30
2.3 Economia Informal	32
2.4 Mortalidade	39
2.4.1 Planejamento Prévio	40
2.4.2 Gestão Empresarial	40
2.4.3 Política de Apoio	41
2.4.4 Conjuntura Econômica	41
3. DIAGNÓSTICO LOCAL.....	43
3.1 Histórico	43
3.2 São Paulo e criação das Subprefeituras	44
3.3 Aspectos físicos e populacionais	46
3.4 Aspectos Econômicos	47

4. A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ...	51
4.1 Rede de desenvolvimento comunitário	51
4.2 Agência de Desenvolvimento Local	52
4.3 Equipe gestora e câmara temática	53
4.4 Diagnóstico local	55
4.5 Plano de Desenvolvimento Local	56
4.5.1 Público alvo	57
4.5.2 Metodologia para animação econômica	58
4.5.2.1 Primeira Fase: Operação Caça Talentos	59
4.5.2.2 Segunda Fase: Capacitação	59
4.5.2.3 Terceira Fase: Crédito	60
4.5.2.4 Quarta Fase: Comercialização	60
4.5.2.5 Quinta Fase: Cooperação	60
4.5.3 Pontos fortes e pontos fracos do projeto	61
4.6 A fundação da OSCIP	62
4.7 Resultados parciais	62
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68
ANEXOS	72

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

TABELAS

Tabela 1 – Evolução do nº de empresas informais e das pessoas	33
Tabela 2 – Empreendimentos informais 2003 Brasil, SP e São Paulo ...	34
Tabela 3 – Resultados financeiros e valor dos investimentos	35
Tabela 4 – O empreendedorismo no Estado de São Paulo	36
Tabela 5 – Estimativa populacional do Município de São Paulo	44
Tabela 6 – Estimativa Populacional de 2000 a 2010	46
Tabela 7 – Empregos em São Paulo e Itaim Paulista	47
Tabela 8 – Rendimento do chefe de Família do Itaim Paulista e SP	49
Tabela 9 – Cadeias produtivas identificadas	55

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Empreendedores por grau de escolaridade - Brasil.....	31
Gráfico 2 – Idade dos desempregados da capital paulista.....	31
Gráfico 3 – Principais dificuldades enfrentadas pelos empresários	37
Gráfico 4 – Taxa de mortalidade das empresas no Estado SP	39
Gráfico 5 – Exigência de Escolaridade nos empregos.....	48

FIGURA

Figura 1 – Equipe gestora e câmara temática.....	54
Figura 2 – Público alvo da agência	57
Figura 3 – Metodologia 5 C's	58

RESUMO

No Brasil a concentração de renda é injusta, separando não somente o país entre ricos e pobres, mas também entre aqueles que tem ou não oportunidades tanto no emprego formal, quanto no acesso aos sistemas econômicos produtivos. É preciso ir além da espera pelo emprego e além da formação profissional, embora isto também é importante, mas é preciso fomentar atividades econômicas para ampliar o impacto na geração de trabalho e renda.

Em um contexto de índices crescentes de desemprego, desigualdades sociais, o empreendedorismo desponta como alternativa para muitos brasileiros, se constituindo uma importante prática para o desenvolvimento local, a exemplo do que tem ocorrido em muitos países desenvolvidos. A região do Itaim Paulista é cenário de um projeto pioneiro de apoio aos pequenos empreendedores como forma de dinamizar a economia local. Esta região com 420 mil habitantes é marcada pela exclusão ao longo do processo de urbanização da cidade, que ocasionou numa população de baixa renda e escolaridade e, conseqüentemente, dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Mas todas essas dificuldades mostram o potencial do empreendedor da região que busca com criatividade alternativas para desenvolvimento dos seus negócios, seja na formalidade ou na economia informal. Considerando a relevância dos pequenos empreendimentos e, além disso, o fortalecimento do capital social, com a participação efetiva de múltiplos atores como fator de sucesso, este trabalho se propõe a estimular a reflexão sobre a sustentabilidade de iniciativas de fomento ao empreendedorismo como estratégia para o desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas.

PALAVRAS CHAVES: Desenvolvimento local / Regional, Estratégias de Desenvolvimento, Empreendedorismo, Comércio Informal, geração de trabalho e renda, Itaim Paulista, Câmara de Animação Econômica.

ABSTRACT

In Brazil, the concentration of income is unfair, separating not only the country between rich and poor but also between those who have not or employment opportunities in both formal, as in access to productive economic systems. It's necessary musto go beyond waiting for employment and vocational training, although this is also important, but is also needs to promote economic activities to broaden the impact on the generation of employment and income.

In a context of increasing rates of unemployment, social inequalities, the entrepreneurship emerge as an alternative for many Brazilians, it is an important practice for local development, as has occurred in many developed countries. The region of Itaim Paulista is where a pioneering project occurs to support small entrepreneurs as a way to foment the local economy. This region with 420 thousand inhabitants is marked for exclusion along the process of urbanization of the city, which caused low-income population low education, consequently, difficulties in entering the labor market. But all these problems show the potential of enterprise in the region that seeks to develop creative alternatives for their business, whether in formal or informal economy. Considering the importance of small enterprises and, in addition, the strengthening of social capital, with the effective participation of multiple social actors, as a fact of success, this study is to stimulate reflection on the sustainability of the initiatives to promote entrepreneurship as a strategy for development of underdeveloped areas.

WORDS KEYS: Local development, Strategies of Development, Entrepreneurship, Informal Trade, generation of work and income, Itaim Paulista, Economic Animation.

INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo é a terceira maior cidade do mundo e de acordo com o último censo publicado pelo IBGE em 2000 possui 10,4 milhões de habitantes. Além disso, possui o maior pólo econômico brasileiro e detém o maior parque industrial do país. O crescimento econômico advindo do desenvolvimento industrial transformou São Paulo em uma cidade altamente urbanizada. Porém, esse crescimento não foi acompanhado por políticas de desenvolvimento adequadas e que fossem capazes de incluir grande parcela da população, em consequência disto à riqueza se manteve altamente concentrada em alguns bairros.

O Brasil tem uns dos piores índices de distribuição de renda do planeta. Nota-se que as diferenças regionais, reproduzem-se, com maior amplitude, principalmente nas grandes cidades brasileiras, sendo agravadas por quase dez anos pelo baixo crescimento econômico.

Neste sentido, a cidade de São Paulo apresenta uma realidade sócio-econômica bastante complexa por concentrar grandes índices de riqueza e ao mesmo tempo grandes índices de pobreza. Prova dessa exclusão são os contrastes entre os bairros Itaim Paulista e Itaim Bibi, muito parecidos no nome, mas completamente distinto quanto à situação sócio-econômica. Este se localiza ao sul da cidade, possui uma das melhores infra-estruturas, um alto índice de desenvolvimento Humano – IDH, habitantes com alto padrão de vida e uma grande concentração de empresas. Enquanto que no Itaim Paulista, região periférica da cidade, depara-se com um quadro completamente oposto: apenas 0,26% dos postos de trabalho da cidade, ao longo dos anos tornou-se um bairro dormitório, pois a maioria de seus moradores trabalha em outros bairros ou municípios. Mas todas essas dificuldades mostram o potencial dos moradores do Itaim Paulista que buscam alternativas criativas para geração de trabalho e renda, mesmo que carentes de uma rede de apoio que de forma integrada dê acesso

a financiamentos, comercialização, tecnologia, sistema de informação, capacitação, comunicação e simplificação do marco jurídico de funcionamento.

O distrito do Itaim Paulista é administrado pela Subprefeitura do Itaim Paulista em conjunto com o distrito da Vila Curuçá que somam aproximadamente 420.000 habitantes. As Subprefeituras foram criados em 2002 através da Lei 13.399 que cria as 31 subprefeituras da Cidade de São Paulo com o objetivo de promover a descentralização das políticas públicas e melhorar o atendimento das necessidades locais, isto porque administrar uma cidade do tamanho de São Paulo não é uma tarefa fácil, a criação torna a gestão mais eficiente e mais inclusiva. O problema é que a lei atribui competências para o administrador atuar em prol ao desenvolvimento local, mas não dispõe de recursos para tais investimentos, o que incorre na visão da administração como tapa buracos e limpadora do espaço público (DOWBOR; BAVA, 1996, p.7). A gestão das cidades compreende muitos mais que a manutenção e infraestrutura da cidade, elementos como saúde, educação, lazer, cultura, eficiência administrativa, habitação e também a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento da economia local.

Dentro deste contexto, o presente estudo escolheu a região do Itaim Paulista porque é cenário de um novo projeto que propõe articular, em parceria com múltiplos atores, o fomento ao empreendedorismo e associativismo como estratégia para o desenvolvimento da região. As ações mostram que o empreendedorismo desponta como alternativa para geração de trabalho e renda e como fator dinâmico de expansão das economias de mercado.

As discussões sobre desenvolvimento local começam a crescer a partir dos anos 80 no Brasil. A valorização do poder local tem forte impacto por causa dos debates de descentralização e reforma do governo. Muitas prefeituras municipais desenvolveram projetos inovadores junto com a comunidade, democratizando o poder local. Cada vez mais o local foi tornando-se partículas menores. Começando por país, estado, região, região metropolitana,

grupo de cidades, cidades, zonas da cidade e como proposto neste trabalho o desenvolvimento de uma subprefeitura da cidade de São Paulo como modelo para implantação em outras regiões.

Há muitos registros de experiências com projetos de desenvolvimento local, grande parte demonstra que os esforços não foram em vão, somam-se grandes conquistas mesmo em lugares onde não se tinha perspectiva de desenvolvimento. O local foi escolhido como universo da análise porque representa uma região onde o poder público e diversos atores locais desenvolvem um projeto de fomento ao empreendedorismo e associativismo no apoio e fortalecimentos dos arranjos produtivos locais de acordo com a vocação da região.

A principal dificuldade da região é a descontinuidade dos projetos. A cada nova administração começa-se tudo do zero, jogando-se todo o trabalho desenvolvido por gestões anteriores, simplesmente por disputas políticas e partidárias. Os especialistas alertam que muitas iniciativas bem intencionadas vão ao fracasso porque não tem a integração de múltiplos agentes e instituições sociais.

Quais as ações devem ser realizadas para promover o desenvolvimento da região, considerando suas fragilidades e potencialidades? Se implantado um projeto socioeconômico para geração de trabalho e renda, através do fomento ao empreendedorismo e formas associativas, ele será capaz de incorporar-se em longo prazo, a ponto de resistir a mudanças de novas administrações?

O objetivo principal deste trabalho é estimular a reflexão sobre a sustentabilidade de iniciativas de fomento ao empreendedorismo e propor estratégias de desenvolvimento socioeconômico, através de instrumentos de aglutinação e articulação do poder público com as empresas, sociedade organizada, organismos nacionais e internacionais, desenvolvendo as vantagens comparativas da região do Itaim Paulista na geração de trabalho e renda.

Para conseguir o objetivo proposto procurou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- 1) Analisar e identificar as potencialidades e também as restrições locais;
- 2) A situação dos empreendedores da região e os principais obstáculos que os levam a encerrarem as suas atividades nos primeiros anos do seu empreendimento;
- 3) A integração da comunidade nos processos de decisão do desenvolvimento e as dificuldades para adesão e organização desta população;
- 4) Soluções para continuidade do projeto em longo prazo.

O presente trabalho está organizado em quatro partes excluindo a introdução e a conclusão organizadas da seguinte forma:

1- Desenvolvimento Local: aborda os principais aspectos teóricos sobre o paradigma do desenvolvimento e as alternativas para promover o desenvolvimento, e a importância da participação da comunidade na construção do capital social e as alternativas para geração de trabalho e renda. Trata-se de um referencial teórico que permeia todo trabalho.

2. Economia informal e empreendedorismo: Neste capítulo são abordados os aspectos da economia informal urbana, empreendedorismo e as principais dificuldades dos pequenos empreendedores e os principais fatores que levam estas empresas à falência. São usados os resultados obtidos nas principais bases de dados sobre o tema.

3. Diagnóstico local: São apresentadas informações gerais sobre a região do Itaim Paulista, sua história e das recentes gestões locais em subprefeituras, ocorrida pela mudança da administração municipal, descentralizando em regiões. Aborda também as principais dificuldades da região a ser analisada. Apresenta dados de aspectos físico, econômico, cultural e educacional.

4- A implantação do projeto de desenvolvimento: Analisa as vantagens competitivas e a vocação do bairro, apresenta as estratégias para o desenvolvimento da região e a importância da criação de agência de desenvolvimento local.

1. DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.1 O QUE SIGNIFICA O LOCAL?

Todo o desenvolvimento é local, podendo nos referir a um país, uma região, uma cidade, uma micro-região. Neste sentido, o local não significa que é um lugar pequeno, ou que está reduzido. O local é o alvo sócio-territorial das ações de desenvolvimento. Segundo FRANCO (2000) o local refere-se também à idéia de comunidade, esta técnica troca à generalidade das grandes massas pela particularidade específicas do local.

OLIVEIRA (2001) diz que o local é escolhido com a possibilidade de correção, pois o processo capitalista a nível macro trouxe muita desigualdade entre as regiões. Além disso, nos alude Antônio Gramsci sobre as experiências Italianas, ao qual há a necessidade do Brasil fortalecer-se pelas bases, a mudança da base, pelo nível local, pode contribuir para uma democracia arraigada na base.

O alvo deste trabalho é a Subprefeitura Itaim Paulista/Curuçá que administra os distritos do Itaim Paulista e da Vila Curuçá. Esta sub-região da Cidade de São Paulo ficou fora do processo de desenvolvimento por muitas décadas, tornou-se um bairro dormitório completamente dependente de outras regiões comerciais e industriais da cidade. O local é reconhecido neste trabalho como lugar privilegiado para dinamizar as potencialidades da comunidade.

Inserido na comunidade o desejo de desenvolvimento do seu local, não há conflito com outros projetos a nível macro, pois o objetivo continuará sendo o mesmo: trazer desenvolvimento para toda a região.

1.2 O QUE SIGNIFICA DESENVOLVIMENTO?

Quando falamos de desenvolvimento logo nos remete a idéia que há uma mudança para melhor, mas ainda é um mistério o porquê uma sociedade desenvolve. Quando uma localidade vive em uma situação de pobreza e salta para o desenvolvimento, constata-se que a situação de outrora muda para uma população com acesso à cidadania e recursos da vida civilizada (FRANCO,2000).

Segundo SACHS (2000) o desenvolvimento não consegue ser desassociado das palavras: crescimento, evolução e maturação. A palavra dá a conotação de um sentido de mudança favorável, que as coisas migraram do pior para o melhor.

O objetivo central do planejamento do desenvolvimento é o desenvolver do ser humano, quando detectamos como desenvolvimento apenas o PIB (Produto Interno Bruto) e o aumento de capital, esquece-se do fator humano, embora estes índices contribuam também para o Desenvolvimento Humano. Neste sentido, a questão econômica é apenas um meio para o desenvolvimento do ser humano. Uma vida com saúde, educação, cultura, lazer e informação é o queremos (DOWBOR, 2002).

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é o principal medidor das dimensões sócio-econômicas combinadas, envolve três dimensões: Longevidade (esperança de vida ao nascer), Educação (alfabetização e taxa de matrícula) e Renda (PIB per capita). Este indicador não abrange todos os aspectos do desenvolvimento humano, desde a sua criação, em 1990, ele pretende dar uma dimensão sintética do desenvolvimento em contrapartida da visão anterior apenas economicista (PIB), proporcionando subsídios para o planejamento do local.

Outra concepção é o desenvolvimento como liberdade. O aumento da liberdade é essencialmente fator motivador para avaliar as mudanças no campo econômico e setorial.

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, uma às outras, liberdades diferentes. Liberdade políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN,2000, p.25).

Segundo o autor, o desenvolvimento está relacionado à liberdade de fazer escolhas. Liberdade não é apenas ausência de restrições, principalmente do direito de ir e vir, é essencial que os indivíduos sejam capazes e tenham qualificações para, por exemplo, participar ativamente dos mercados competitivos.

1.3 O QUE É DESENVOLVIMENTO LOCAL?

O desenvolvimento local não deve ser pensado apenas em uma ótica economicista. O ser humano é o ponto central das estratégias de desenvolvimento, não apenas de um grupo de pessoas em isolado, mas sim do interesse coletivo. Segundo DOWBOR (1996) os aspectos econômicos são importantes, mas não tudo, a geração de emprego e renda é um objetivo crucial para a melhoria da qualidade de vida e auto-estima das pessoas. Como lembrado por MAIA GOMES (1995), além dos aspectos econômicos (crescimento) o desenvolvimento abrange as dimensões sociais (equidade), ambientais (preservação do meio ambiente), e política (democracia).

As administrações municipais e também as subprefeituras devem acompanhar as mudanças, já que o local significa um território privilegiado para dinamizar as potencialidades da comunidade e, desenvolvimento é justamente fazer com que as potencialidades sejam plenamente aproveitadas para melhorar a qualidade de vidas das pessoas, o desenvolvimento local é uma ferramenta que promove mudanças e cria condições ambientais

para o desenvolvimento. A intervenção do governo local no ambiente, procurar eliminar fatores que impeçam o desenvolvimento e promove o empreendedorismo. Infelizmente, nem todos os fatores estão sob o controle direto do governo local, mas são possíveis soluções para contornar essas restrições (DOWBOR, 1996).

O desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade sócio-territorial delimitada (FRANCO, 2000).

Quando falamos de potencialidades faz-se referencia a diversidade e também a vantagem comparativa. Se todos os locais fossem iguais com certeza não havia exclusão social. Ao falar de vantagem comparativa, logo imaginamos a idéia de competição, mas justamente a diversidade que é base da cooperação. Segundo FRANCO (2000) a cooperação e a competição estarão sempre no processo de desenvolvimento local. A dinâmica cooperativa forma a comunidade e a dinâmica competitiva é a que faz com que o local seja inserido no processo de desenvolvimento. A associação de pequenos atores, mesmo que eles competem entre si, pode fortalecer (com base na cooperação) para enfrentar a concorrência num âmbito global, onde isolados não teriam condições de participar.

Há muitas controversas sobre os conceitos de desenvolvimento local no Brasil e também no cenário internacional. Antes fosse apenas nos conceitos, é também quanto aos métodos empregados. Alguns acreditam nele como um arranjo industrial pós-fordista, outros acreditam no desenvolvimento como uma base de baixo para cima. Há muita divergência, mas todos concordam na necessidade de mudanças na forma que vem sido conduzidas as gestões locais.

1.4 POR QUE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÉPOCA DE GLOBALIZAÇÃO?

Ainda que a globalização está marcando completamente a sociedade no mundo

inteiro, fala-se hoje cada vez mais em desenvolvimento local. A globalização que rompe todas as barreiras, inclusive na mente das pessoas, criou-se a idéia de aldeia global, na qual o consumo é ditado pelas escalas mais altas. A onda de globalização tem como política submeter economias menos favorecidas (países subdesenvolvidos) aos interesses da grande elite econômica, principalmente dos Estados Unidos (MAMIGONIAN, 1999 p. 40).

O desenvolvimento local surge como resposta às desvantagens da globalização, com ele surge a transformação do papel das metrópoles e o reforço da importância das cidades, além da reconstituição dos espaços comunitários desarticulados por um século e meio de capitalismo (DOWBOR, 1996).

De um lado a globalização, com uma visão completamente capitalista, onde o ambiente é completamente competitivo e do outro lado o desenvolvimento local que visa antes de tudo o bem estar social.

“Promover o desenvolvimento econômico local é uma idéia antiga, que agora se vê reforçada, paradoxalmente, pelo processo de globalização que está em curso em nossa época”(FRANCO, 2000).

A globalização traz em si a necessidade de formação de identidades e também a diferenciação de localidades. O desenvolvimento local pode transformar uma região que produza apenas localmente para o mercado globalizado. Os espaços sócio-territoriais podem servir de estratégia frente à demanda global.

Como já citado anteriormente, o local não faz menção a pequeno, por isso quando pensamos em desenvolvimento local, já falamos de uma estratégia para atuar além da região ao qual se está territorialmente inserido. Podemos dividir em dois grupos, aqueles que não questionam o padrão atual de desenvolvimento, onde os atuais esquemas de acumulação de capital ira inviabilizar as futuras gerações e de outro lado, aqueles que questionam o padrão

de desenvolvimento, que sabem que enquanto o conhecimento e o poder não forem democratizados, aumentará cada vez mais as desigualdades sociais. Este pensamento é daqueles que apostam no desenvolvimento local e sabe da necessidade de se repensar o desenvolvimento através do local.

1.5 POR QUE PRECISA SER INTEGRADO?

O primeiro passo para um bom plano de desenvolvimento da região é a criação de condições ambientais, contrapondo circuitos fechados de acumulação de riquezas. Segundo DOWBOR (1996), ao articular ações que envolvam o local em questão, é fundamental identificar quais são as potencialidades da região e quais são as oportunidades reais dadas às características do mercado.

Quando o governo se compromete em atuar em pró do desenvolvimento, surge a principal barreira do poder público local, que é uma forte e tradicional tendência ao paternalismo e ao clientelismo. As organizações de fomento nacional e internacional têm restrições em participar de projetos de desenvolvimento onde o governo local atua em monopólio. As experiências ao longo do tempo apontam que em médio prazo, o governo sozinho não consegue manter grandes projetos de desenvolvimento. O principal motivo é a descontinuidade, principalmente com uma nova gestão do poder público, outros são seduzidos pelo clientelismo e desviam a finalidade social dos projetos em questão. A saída para a vasta continuidade é o desenho de parcerias como instrumento fundamental para promoção do desenvolvimento.

No plano de concepção geral, o princípio adotado é o de que o governo local, mais do que um agente realizador do desenvolvimento deve funcionar como articulador e facilitador das ações locais de desenvolvimento. Estas ações não podem ocorrer como monopólio do poder público. Ao contrário, sua eficácia se apresentará em maior grau justamente quando o poder público for apenas um dos múltiplos agentes envolvidos em um conjunto de ações representativo de um projeto de desenvolvimento local apropriado pela sociedade. (DOWBOR, 1996, p.43)

O poder local deve atuar como ator indutor e participante do desenvolvimento local em conjunto com outros atores: sociedade civil organizada, empresários, agências de fomento, universidades, organizações sociais de interesse público.

As experiências empíricas demonstram que quanto maior a participação da sociedade e dos parceiros do desenvolvimento e quando o poder público for apenas um dos múltiplos agentes envolvidos, melhor será o processo de desenvolvimento. É inegável a importância que tem o apoio e participação do governo, principalmente para que este apóie as iniciativas e invista nas ações que crie um ambiente propício para o desenvolvimento e que diminua as principais barreiras e entraves deste processo.

“E no âmbito do poder local que tem se generalizado as melhores experiências de democratização da esfera pública e que devem ser apropriadas por um projeto de desenvolvimento local”(COELHO, 1996, p. 59).

Quando se tem a participação dos mais variados atores da sociedade, logo é fortalecida a democratização do poder, conhecida também como empoderamento, estas relações fortalecem as ações no sentido do interesse público e do caráter social.

O principal objetivo consolidado pela Subprefeitura do Itaim Paulista/Curuçá é a geração de trabalho e renda, com base na expansão e consolidação da cidadania. As desigualdades sócias e a crescente crise de desemprego exigem uma nova postura de geração de oportunidades, que só será eficaz com a construção de parcerias.

Além de o desenvolvimento ser integrado com a comunidade, ele deve ser integrado no sentido de sua amplitude, compreendendo várias dimensões, como o desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico tecnológico (FRANCO, 2000). O crescimento econômico é a peça chave para o desenvolvimento, mas não é tudo. Para que haja sustentabilidade no desenvolvimento deve

ser concomitante com o desenvolvimento humano e social.

O desenvolvimento precisa ser também sustentável, segundo definição do relatório da Brundtland, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente e possibilita que as gerações futuras também possam suprir as suas necessidades. Sustentabilidade não significa o prolongamento do tempo, mas com um ambiente sustentável, onde se preza a manutenção dos recursos necessários, conseqüentemente o desenvolvimento será duradouro, abrangendo as futuras gerações.

1.6 COMO GERAR TRABALHO E RENDA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL?

No próximo capítulo será estudada a situação do Itaim Paulista frente ao desemprego cada vez mais crescente. A migração da população às áreas urbanas trouxe devastadoras conseqüências para aqueles que foram excluídos do desenvolvimento. Nas áreas urbanas a situação do desemprego é ainda mais difícil que no campo, porque no campo a terra é geradora de emprego, permitindo na pior das hipóteses uma alimentação para a subsistência.

É inegável o fato de que as grandes maiorias dos empregos são geradas pelos pequenos empreendimentos, eles são a peça fundamental para o desenvolvimento da região. O problema é que a política pública gasta muito dinheiro com incentivos aos pequenos empreendimentos, mas não construída uma estrutura para que elas possam prosseguir, gerirem-se sozinhos, 60% das empresas não completam cinco anos de existência. Tudo indica que o apoio às pequenas empresas deve ser completo, desde a abertura, capacitação e comercialização dos seus produtos de forma que ele possa continuar com o seu empreendimento, para não fazer parte da lista de milhares de empreendedores que investem todo o seu capital e acaba perdendo tudo o que investiu.

É preciso também identificar os recursos subutilizados, este conceito foi trabalhado

por Ignacy Sachs e diz respeito os recursos que poderiam estar sendo utilizados e não estão, para uma mobilização destes recursos é preciso o levantamento do potencial existente e o ciclo completo de atividades relacionadas com o desenvolvimento econômico e social.

Outra dificuldade na região e que pode ajudar no processo de desenvolvimento, são os entraves comerciais e falta de habilidades de comercialização que fazem com que muitos de nossos empreendedores sejam vítimas da quarteirização e da quinteirização da comercialização. Todas essas intermediações prejudicam a viabilidade dos negócios, e diminuem a lucratividade. Há exemplos no Itaim Paulista de pequenas oficinas de costuras que produzem para grifes famosas, mas como são quinteirizadas, o que recebem pela produção completa do produto não chega a 10% do valor de venda da mercadoria.

Segundo DOWBOR (1996) o poder público deve oferecer cursos práticos de formação básica e profissional para dar acesso a muitos desempregados que não conseguem retornar ao mercado altamente competitivo. Se estes cursos promoverem a capacitação e também a inserção no mercado de trabalho que, aliás, é o ponto mais falho nos cursos de capacitação profissional, pode realmente transformar a realidade econômica e social da população.

O cooperativismo e o associativismo nos dias de hoje, são fundamentais para a união de pequenos empreendedores, que acreditam que em conjunto podem obter melhores resultados em seus negócios do que individualmente, principalmente pelo fato de que as despesas são distribuídas entre todos e o poder de negociação e comercialização é bem melhor. A forma de cooperativa tem sido uma ótima alternativa para aqueles que vêem seu empreendimento como uma fonte para auferir de renda, pois se sentem fortalecidos, principalmente pela eliminação total de intermediações.

“Disso resulta que qualquer política de geração de emprego e renda precisa fundamentar-se na formulação de um projeto de desenvolvimento que encontre bases na realidade local e que em função dela permita estabelecer as áreas de

trabalho prioritárias” (DOWBOR, 1996).

Não há como começar abrangendo todas as áreas de comércio e serviços da região, as prioridades devem estar nas áreas em que os empreendedores têm maior dificuldade e carecem de intervenção do ambiente, como no Itaim Paulista foram identificados alguns arranjos produtivos nas áreas de reciclagem, artesanato, confecção, alimentação, tecnologia da informação e pequenos serviços.

1.7 ONDE ARTICULAR OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL?

Para DOWBOR e BAVA (1996) o sucesso do desenvolvimento local depende de uma cultura na sociedade, onde os valores sociais sejam orientados para o desenvolvimento. Todos devem buscar soluções práticas aos problemas. O poder local tem de assumir o papel de catalisador dessas forças sociais para o planejamento das ações de médio, longo prazo. Neste primeiro momento são identificados os atores sociais envolvidos nas estratégias da região e aqueles que representam apoio para estas estratégias.

Por outro lado, as instituições de apoio se preocupam normalmente apenas com uma dimensão do ciclo de produção ou de prestação de serviços. O resultado prático se vê diariamente na discussão que tivemos oportunidade de acompanhar em diversas instituições de formação profissional: formam-se contadores, torneiros, marceneiros, mas não se ensina como gerar uma empresa nova, e nem se dinamiza o emprego local correspondente. O resultado é que onde havia um desempregado, agora há um desempregado com certificado (DOWBOR, 2004).

À medida que a comunidade tem papel de protagonista, de ator principal da condução do projeto de desenvolvimento, cabe um espaço para reuniões e articulações, que pode ser um foro, agência ou conselho de desenvolvimento local. Segundo SEBRAE este órgão deve ser uma instância colegiada, democrática e participativa, contando com os principais atores do processo de desenvolvimento.

Toda essa organização faz com que a luta pelo desenvolvimento seja legitimada e também dificulta as intenções de clientelismo. As questões partidárias tendem a enfraquecerem à medida que o desenvolvimento é fortalecido pelos múltiplos atores.

Isoladamente, o governo e as organizações não governamentais tem trabalhado para o desenvolvimento humano da região, através de cursos de capacitação, medidas assistencialistas. Esta agência irá catalisar todos os esforços em uma ação mais planejada e eficiente, não abandonando o empreendedor durante o seu processo de amadurecimento. Grande parte desses empreendimentos tem dificuldades em conseguir crédito e também na comercialização dos seus produtos. Cabe a agência, justamente identificar as necessidades de cada nível de empreendedor de forma a agilizar o processo de desenvolvimento.

2. EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA INFORMAL

2.1. EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO

O empreendedor tem papel importante no desenvolvimento local, ele desponta como alternativa para geração de trabalho e renda e dinamiza a economia da região. Na análise das literaturas existentes há convergência para o termo empreendedorismo. Contudo, duas correntes se sobressaem contendo elementos em comum. Primeiramente, os economistas, pioneiros neste assunto, associam o significado à inovação e os comportamentalistas, ligam o significado a aspectos de atitude como a criatividade e a intuição.

O empreendedor é aquele que cria algo novo e diferente, seja produto, serviço ou tecnologia. Ele é agente de mudanças e responsável pelo processo de destruição criativa, sendo o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, criando novos produtos e serviços, novos métodos de produção e forma de organização, novos mercados, através da exploração de novos recursos e materiais (Schumpeter, 1991).

Bom Ângelo (2003) enfatiza que o empreendedorismo é compreendido a partir de duas vertentes: a primeira diz respeito à geração de novos negócios ou à criação de uma empresa; a segunda vertente relaciona-se com a expansão de uma empresa ou negócio já existente. Em ambas situações, essa perspectiva do comportamento empreendedor volta-se para a busca e para a exploração de novas oportunidades, criando desenvolvimento econômico.

Durante muito tempo as políticas públicas estavam voltadas apenas a capacitação do empreendedor, acreditando ser o fator primordial para estimular o desenvolvimento da região. A visão predominante era a de que bastava difundir o empreendedorismo e facilitar a iniciação empresarial e a capacitação gerencial dos novos empreendedores.

No entanto, com o passar do tempo foi-se percebendo que por mais que essa capacitação individual possa colaborar para o sucesso de novos empreendimentos, é muito mais importante a existência de uma rede de sustentação que dê e crie um ambiente que estimule o empreendedorismo. Assim constata-se a necessidade de um apoio integral ao empreendedor, com a articulação de vários eixos, como financiamento, comercialização, tecnologia, sistema de informação e comunicação, capacitação, simplificação do marco jurídico de funcionamento e assim por diante.

Segundo Tenório *et. al.*(2004, p. 1) desenvolver uma localidade é:

”[...] empreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local [...]: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político institucional e científico-tecnológica que mantêm umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia”. Para induzir o desenvolvimento, segundo Franco (2001), é necessário a presença de vários fatores, como: nível educacional da população, pessoas que tomem iniciativas, assumam responsabilidade de empreender novos negócios, sendo fundamental a participação da sociedade. Assim uma comunidade se desenvolverá quando tornar dinâmicas suas potencialidades.

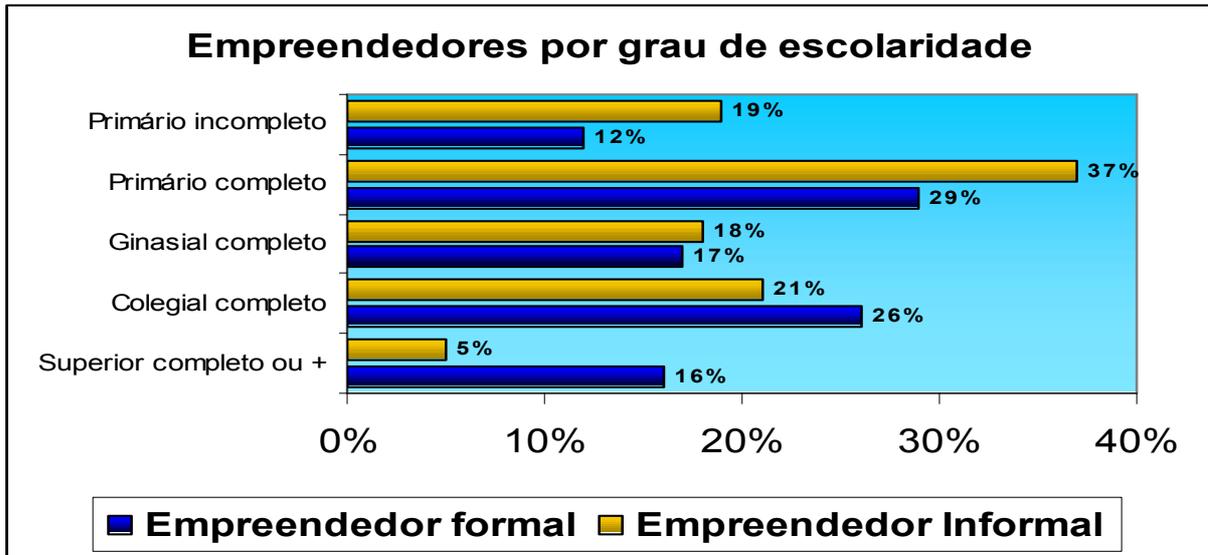
É de conhecimento difundido a importância dos pequenos negócios e a importância para o desenvolvimento do país. As pequenas empresas, que são a maioria das unidades produtivas e são de grande importância para criação de novos empregos e contribuem significativamente com a constituição do PIB. Os empreendimentos tanto familiares como os individuais ou de poucos sócios possuem características essenciais do empreendedorismo. As criações destas empresas não trazem necessariamente a inovação, mas estão ligadas a descoberta de novos produtos e serviços, novos métodos de produção e a descoberta de nichos de mercados e são capazes de revolucionar um processo produtivo, novos mecanismos de comercialização, ações para aproximar consumidor dos produtos e novos mercados.

2.2. DESEMPREGO E A ECONOMIA INFORMAL

Segundo KOWARIK (1979), BONDUKI e ROLNIK (1982), as literaturas sociológicas de 1970 e 1980 já relatavam a precariedade das periferias metropolitanas Brasileiras. Estas regiões estavam fora do foco das políticas públicas, exceto por empreendimentos habitacionais massificados a partir de 1960, onde teria levado a constituições de espaços de condições de vida precárias. A ação pulverizada dos loteadores e a inação do estado levaram a construção de espaços decrescente de condições de vida, de inserção no mercado de trabalho e ao acesso à renda.

O desemprego em São Paulo ficou em 14,9% em agosto de 2005, o maior registrado desde outubro de 2001, quando o IBGE iniciou as suas pesquisas. Estima-se que a situação seja ainda pior, a fundação Seade-Dieese dá indicadores de 18% de desempregados na região metropolitana de São Paulo. Somados o aumento do desemprego e a falta de estudo e preparação profissional dos moradores do Itaim Paulista e periferia de São Paulo, restam poucas opções para esta população carente. A alternativa acaba sendo a economia informal, as pessoas aprendem a sobreviverem através de algum meio que lhe dê uma renda para suprir suas necessidades imediatas.

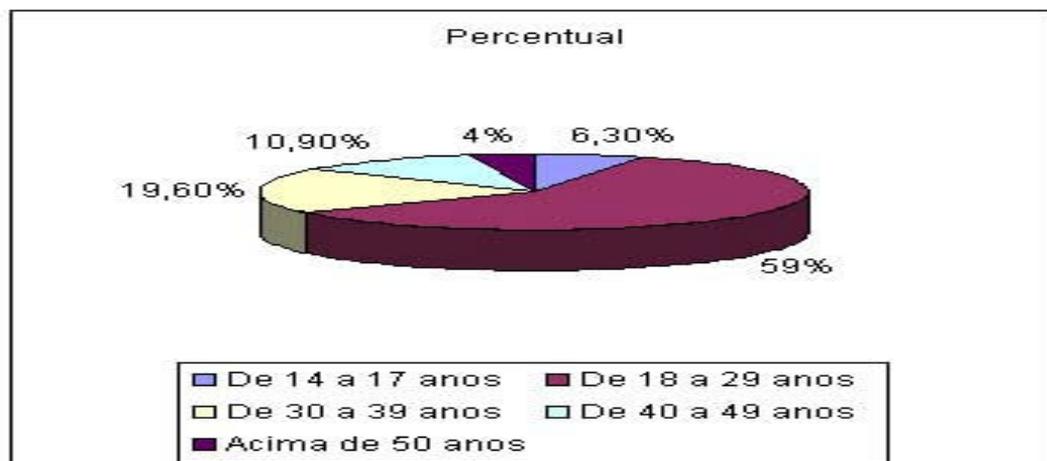
O desemprego é uma realidade no mundo inteiro. O mercado da cidade de São Paulo tem sofrido desde o começo da década passada grande impacto negativo decorrente do baixo crescimento econômico e também pela diminuição da mão-de-obra nas produções. As exigências com os empregos passam a ser cada vez maior. Metade dos empregos exige do ensino médio ao superior, e destes encontram-se os melhores empregos. A periferia, como o Itaim Paulista que possui apenas 5,78% de média de estudo, é o principal alvo de desemprego, motivo este que leva as pessoas à única alternativa que resta: a economia informal.

Gráfico 1: Empreendedores por grau de escolaridade - Brasil

Fonte: SEBRAE –SP (2003-B)

O gráfico mostra que entre os empreendedores informais, neste caso os empreendedores que não tem registro na prefeitura ou CNPJ, a maioria 74% possui escolaridade inferior ao ensino médio (colegial completo). Esta pesquisa realizada no estado de São Paulo mostra um dos principais motivos que levaram essas pessoas à informalidade.

Uma pesquisa pela Secretaria do Trabalho, da Prefeitura da Cidade de São Paulo, entre 60.757 pessoas nas unidades do C.A.T (Centro de Amparo ao Trabalhador) mostra que 59% dos desempregados da capital paulista são jovens entre 18 a 30 anos, deste total 55,78% são mulheres e 44,22% são homens.

Gráfico 2: Idade dos desempregados da capital paulista

Fonte: Secretaria do Trabalho PMSP – CAT - 2005

Nesta mesma pesquisa realizada pelo C.A.T, identificou-se que a metade dos pesquisados possui o ensino médio completo e que quase 25% possuem o ensino médio incompleto. A pesquisa mostra que além desse nível de escolaridade os jovens para ter acesso aos empregos precisam ainda de outras qualificações profissionais, como cursos profissionalizantes e experiências na área de atuação. Mesmo a pesquisa sendo entre jovens de toda a capital é possível imaginar a complexidade que os jovens do Itaim Paulista têm na procura de um emprego, pois todos estes jovens irão concorrer à mesma vaga que um jovem de regiões mais favorecidas, visto que não há escolas profissionalizantes na região.

É preciso mencionar os efeitos do desemprego, não há como falar de desemprego sem falar de exclusão social. Sem emprego as pessoas ficam privadas de quase tudo o que faziam, não tem dinheiro para estudar e qualificar-se melhor, não pode nem adoecer. Os efeitos sociais do desemprego refletem para toda a sociedade, a pobreza aumenta e também a violência.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) fez um levantamento sobre as principais preocupações dos Brasileiros. O desemprego é a maior de todas com 29% dos votos, em segundo lugar vem a violência urbana. Isto mostra que o desemprego causa um grande impacto na sociedade, em cada família brasileira (pobre) encontramos pelo menos uma pessoa desempregada.

2.3 ECONOMIA INFORMAL

É possível identificar duas principais formas básicas de conceituar o que é setor informal. A primeira refere-se ao fato de não estarem legalizadas, não estarem registradas nos órgão competentes, como na prefeitura e/ou CNPJ, tornando-se clandestinas. Esta identificação é realizada principalmente pelo SEBRAE. Outro ponto de vista, que é

adotado nas pesquisas do IBGE e Ecinf, de acordo com o critério sugerido pela 15ª conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, diz que o setor informal é composto de pequenos negócios, legalizados ou não, na maior parte formada por um único dono, ou até cinco empregados, outro critério é que as produções são em pequena escala, o processo tecnológico é muito simples, pouca capacidade gerencial e o sistema de contas (contábil) não se separa das contas da família.

Sendo assim, são informais os trabalhadores das unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo. O conjunto destas unidades de produção compõe a economia informal. Nelas, há uma separação reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção (o proprietário trabalha diretamente na produção com a ajuda freqüente de familiares e, em alguns casos, com poucos assalariados). O trabalho assalariado não constitui a base do funcionamento dessas unidades. As unidades produtivas informais não são plenamente capitalistas também porque a taxa de lucro não é a variável-chave de seu funcionamento e sim o rendimento total de seu dono. A prioridade é a manutenção da família, e só depois vem a manutenção do negócio ou a preocupação com retorno de investimentos. O principal objetivo dessas unidades é criar emprego e renda para os envolvidos. Via de regra, não há acumulação. Quando isto ocorre, ela pode deixar de ser informal. (PAMPLONA, 2004, p. 310)

Este método tem por objetivo refletir o conjunto de unidades produtivas por igual modo de organização e de funcionamento, tenham registro ou não, na pesquisa é destacado a quantidade de empresas que possuem constituição jurídica e registro na Receita Federal (11,5% das empresas). Ambos os conceitos serão utilizados neste trabalho, pois o objetivo deste capítulo é de analisar a situação da economia informal na região, os impactos do desemprego e a mortalidade desses negócios.

Tabela 1: Evolução do número de empresas informais e das pessoas ocupadas 1997 - 2003

	1997			2003			Variação 1997/2003 (%)		
	Empresas do Setor Informal			Empresas do Setor Informal			Empresas do Setor Informal		
	Total	Conta própria	Empregador	Total	Conta própria	Empregador	Total	Conta própria	Empregador
Números da Empresas	9.477.973	8.151.616	1.326.357	10.335.962	9.096.912	1.239.050	9,1	11,6	-6,6
Pessoas Ocupadas	12.870.421	8.589.588	1.568.954	13.860.868	9.514.629	1.448.629	7,7	10,7	-7,7

Fonte: Economia Informal Urbana, ECINF 1997 e 2003 - IBGE

Tabela 2: Empreendimentos informais 2003 – Brasil, Estado SP e Região Metropolitana.

Ecinf 2003 – RESUMO	Brasil	Estado SP	RMSP
Unidades Informais	10,3 milhões	2,581 milhões	1,207 milhões
Conta própria	9,1 milhões	2,293 milhões	1,075 milhões
Empregador	1,2 milhões	0,288 milhões	0,132 milhões

Fonte: IBGE (2005), Economia Informal Urbana 2003

Os empreendimentos informais empregam 1/3 dos trabalhadores das áreas urbanas, inclusive a capital paulista. Na pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pela Ecinf em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas). A economia informal representa 10,335 milhões de empresas, aumento de 9,1% a mais que a última pesquisa em 1997, e abriga 98% do total de empresas com até cinco pessoas ocupadas (10,525 milhões).

São Paulo é o estado que mais possui empreendimentos informais, são 25% do total brasileiro, na seqüência temos minas gerais (10,2%) e Rio de Janeiro (8,4%).

O número de trabalhadores aumentou 11,6% quando comparado ao ano de 1997, mas em contrapartida o número de empregadores reduziu em -6,6%. Isto significa que devido às dificuldades econômicas que o país enfrenta, os empreendedores preferem começar um novo negócio por conta própria e não arriscar em um investimento um pouco maior.

No Brasil, há um custo da burocracia que impede a legalização das empresas, aumentando o grau de informalidade. Somados a corrupção, a elevado criminalidade, o desrespeito do direito de propriedade e os altos impostos são fatores que inibem à inversão produtiva e o desenvolvimento de novas atividades produtivas.

Tabela 3: Resultados financeiros e valor dos investimentos das empresas informais – 1997 – 2003 (valores em R\$ 1,00)*

	1997		2003		Variação 1997/2003 (%)	
	Empresas do setor informal		Empresas do setor informal		Empresas do setor informal	
	Conta própria	Empregador	Conta própria	Empregador	Conta própria	Empregador
Receita Média Mensal	1.446	6.622	1.164	6.033	-19,5	-8,9
Despesa Mensal Média	1.001	4.647	813	4.312	-18,8	-7,2
Lucro Médio	760	2.351	671	2.360	-11,7	0,4
Investimento Médio**	4.493	9.902	2.951	8.797	-34,3	-11,2

Fonte: Economia Informal Urbana, ECINF 1997 e 2003 - IBGE

*Os valores foram corrigidos pelo IPCA, a preços de outubro de 2003.

**Investimentos realizados de nov./1996 a out./1997 e de nov./2002 a out./2003, respectivamente.

A pesquisa da Ecinf mostrou que entre 1997 e 2003, houve uma redução de 12,2% da receita dos negócios informais, passando de 20 bilhões para 17,6 bilhões. Conseqüentemente, a participação no PIB Brasileiro também apresentou queda, de 8% para 6%, conforme estimativas do IBGE.

O período de 1997 a 2003 (período da pesquisa) é um dos mais instáveis da economia Brasileira, devido a crises externas: Ásia e Rússia, além de crises internas. O baixo desempenho dos negócios está relacionado também a grande competição no mercado. A falta de cliente é a principal dificuldade dos pequenos empresários. Eles não conseguem buscar financiamentos para investir e por isso não conseguem competir com a sua forte concorrência.

O setor informal representa uma forma de produzir caracterizada fundamentalmente pela existência do auto-emprego⁵. A unidade produtiva informal funciona fundamentalmente para garantir um emprego e, obviamente, uma renda para seu proprietário, que nela trabalhará diretamente e controlará seu próprio processo de trabalho. Valorizar o capital não é o principal objetivo. O negócio informal é, antes de tudo, uma forma de criar o próprio emprego do seu proprietário. (PAMPLONA, 2004, p. 312)

No Brasil, a crescente existência do setor informal está associada a uma insuficiente geração de emprego. A pesquisa GEM 2004 que investiga o empreendedorismo em 34 países, inclusive no Brasil, teve como resultado uma taxa de atividade empreendedora que varia de

1,5 a 40%, com média de 9,3% entre os países. A pesquisa com pessoas com idade entre 18 e 64 anos, e que estão envolvidas em negócios no mundo.

O TEA refere-se à percentagem de força de trabalho que está iniciando novos empreendimentos, ou já é proprietário ou administra o negócio, que tenha iniciado a menos de 42 meses. O Brasil está entre os sete países com TEA mais alto. No ano de 2004, com TEA de 13,5% esteve também no 7º lugar.

É notório que a quantidade de força de trabalho desperdiçada no Brasil, milhares de jovens e adultos em plena idade e potencialidade para trabalhar encontram-se ociosos a espera de uma oportunidade. Nesta pesquisa 46% dos empreendedores consideram que a motivação foi a “necessidade” e apenas 7% ingressaram no negócio por “oportunidade”. A proporção de mulheres aumentou em relação à pesquisa de 2003, com 45% do total. O Brasil segue o mesmo padrão observado no conjunto dos países pesquisados, as pessoas de 25 a 34 anos de idade representar 42% dos empreendedores Brasileiros, em segundo a faixa de 35 a 44 anos com 23% do total.

Tabela 4: O empreendedorismo no Estado de São Paulo

Tipo de Empreendedor	Quantidade
Candidato a empreendedor	600 mil
Empreendedor formal ¹	1,3 milhão
Empreendedor informal ²	2,6 milhões
TOTAL	4,5 milhões

Fonte: SEBRAE-SP (2003-B)

Nota: ¹ com registro na Prefeitura e/ou cm CNPJ Nota: ² sem registro na prefeitura e sem CNPJ

Segundo o SEBRAE-SP a cada ano cerca de 600 mil pessoas começam no Estado de São Paulo novos empreendimentos, destes menos de 150 mil persistem e registram seu negócio, os demais desistem antes de começar ou não chegam a formalizar o negócio.

Esta tabela tem como conceito que informalidade é simplesmente o fato de não ter

registro nos órgãos competentes, mostra que existe o dobro de empresas informais se comparado às empresas formais.

Gráfico 3: Principais dificuldades enfrentadas pelos empresários – Brasil – 2003



Fonte: Economia Informal Urbana, ECINF 2003 - IBGE (Tabela 33)

*No período entre novembro/2002 e outubro/2003.

A tabela mostra os principais fatores de dificuldade dos empreendedores Brasileiros, 48,6% (quase metade) das empresas apontam que tem dificuldades com relação à falta de clientes. Antes mesmo de começar um novo negócio é preciso identificar se existem demandas suficientes para tornar o negócio rentável e elaborar planos estratégicos para conquistar e fidelizar os clientes. A falta de clientes pode ser a consequência de muitas falhas no empreendimento, por exemplo, não ter propaganda e marketing (mesmo que em curta escala), não construir uma boa imagem da empresa, não possuir produtos e serviços de qualidade e que sejam competitivos com os que são oferecidos no mercado.

Quando perguntadas a respeito da concorrência, 44,5% declaram que tem dificuldades com a concorrência que é muito grande. As empresas têm sofrido com as crises econômicas nos últimos anos e pela altíssima taxa básica de juros do Banco Central. É muito difícil para uma pequena empresa concorrer com empresas grandes, principalmente pela falta

de recurso para ampliar os seus negócios.

A reclamação com baixo lucro chega a 34,4% dos negócios. Muitos empreendedores têm dificuldades em elaborar suas finanças, há pouco controle sobre os custos e a movimentação se confundem com as despesas pessoais ou da família. Para administrar esses pequenos negócios é preciso fazer o planejamento e controle de todos os custos, minimizando-o para um melhor resultado financeiro, além disto, deve-se fazer uma análise da margem de lucro e um controle rígido do fluxo de caixa.

A falta de crédito é uma preocupação constante dos empreendedores. A realidade é dura, poucos têm acesso a créditos em instituições bancárias: pública ou privada, a pesquisa da ECINF mostra que apenas 2,7% têm esse tipo de acesso. Uma das principais conseqüências da informalidade é justamente a falta de crédito. As instituições financeiras, os fornecedores exigem que a empresa seja formalizada e por isso quase a maioria das pequenas empresas fica desamparada. Outras formas de exclusão ao pequeno empreendedor não formalizado, como vendas que exijam nota fiscal, licitações no setor público e privado, exportações diretas, entre outras.

Contudo, dada a alta tributária e as exigências de documentações para os registros, o empresário somente decide, espontaneamente, formalizar seu negócio quando os custos da regularização são cobertos pela atividade, um vez que as reduzidas receitas do negócio informal também constituem um dos fatores para a não legalização de microempresas (SEBRAE, 2005, p.19).

A decisão de formalizar o seu empreendimento implica em uma decisão muito importante. Muitas empresas fecham as suas portas neste momento de transição de informal para formal. A empresa deve ter lucratividade e saber aproveitar as vantagens de uma empresa formal, como a ampliação das relações comerciais e produtivas.

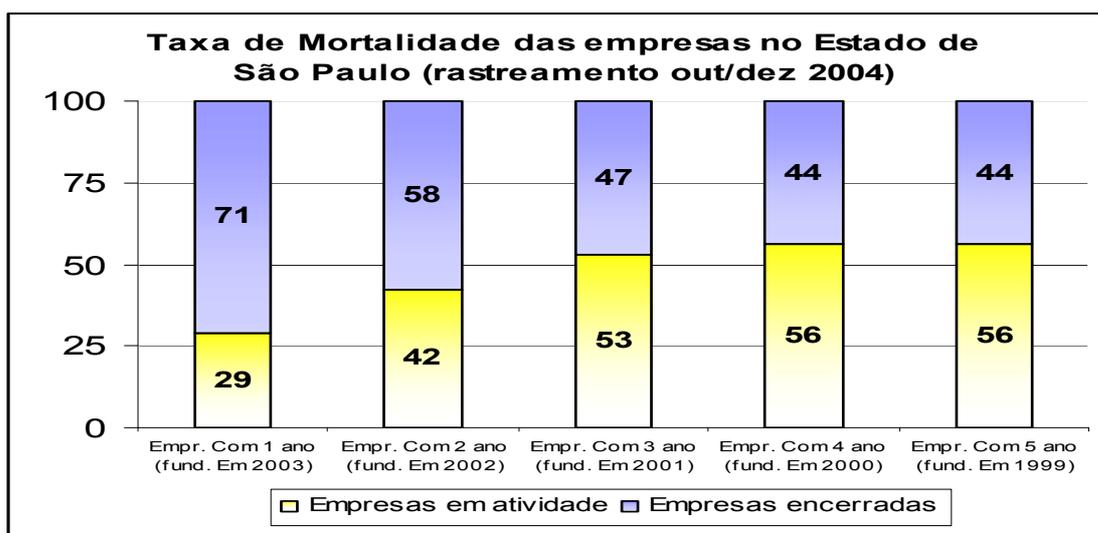
Uma pesquisa realizada pelo SEBRAE-SP indicou quais as condições que aumentariam o desejo de formalizar o negócio. Como era de se esperar, a condição com

“menos impostos” é de concordância de 74% dos empreendedores. A diminuição da burocracia faria 61% dos paulistanos pensarem sobre a formalidade e 45% dizem que seria o registro mais barato, 30% se influenciariam por crédito mais barato.

2.4 MORTALIDADE

Das empresas paulistas, 29% não conseguem sobreviver ao seu primeiro ano de atividade e 56% não chegam ao quinto ano de vida. Na pesquisa realizada em 2000/01 32% faliram no primeiro ano e 71% no quinto ano. Em 2002/03 fecharam suas portas 31% no primeiro e 60% no quinto. Comparado ao ano de 2000/01 houve uma redução de 6,5% no primeiro ano e 21% na mortalidade no quinto ano. Mesmo com essa grande redução a taxa de mortalidade ainda é muito grande, o prejuízo é a eliminação de 16 bilhões de reais de recursos pessoais e de faturamento ao ano (1,2% do PIB) e fechamento de 500 mil postos de trabalho por ano.

Gráfico 4: Taxa de Mortalidade das Empresas no Estado de São Paulo



Fonte: SEBRAE-SP (2005) Sobrevivência e Mortalidade de Empresas de 1 a 5 anos

Estes dados indicam a mortalidade das empresas que fazem inscrição na JUCESP

e/ou no SEBRAE e como já abordado anteriormente, representam apenas 1/3 das micro e pequenas empresas de São Paulo. Acredita-se que no caso das empresas informais a realidade seja muito pior, a cada ano milhares de pessoas se aventuram em novos empreendimentos e perdem toda a sua economia.

Nas pesquisas desenvolvidas pelo Sebrae, que tem longa experiência em consultoria e orientação às pequenas empresas, identificou-se cinco importantes fatores que levaram as empresas analisadas à falência:

2.4.1 Planejamento Prévio

Antes da abertura de uma empresa é necessária a elaboração de um plano de negócios. A ferramenta procura sistematizar todas as informações necessárias ao planejamento do empreendimento. Neste levantamento é identificado o potencial de clientes para o negócio, quem são os concorrentes e a situação do mercado em específico para o novo empreendimento. Além disso, o planejamento de pelo menos cinco anos da gestão do novo negócio.

As pesquisas demonstram que as empresas que conseguem sobreviver a turbulência dos cinco primeiros anos, tinham planejamentos bem definidos e preparados com uma antecedência bem maior que os empreendimentos falidos.

2.4.2 Gestão Empresarial

A principal deficiência dos empreendimentos informais é a falta de organização, as contas pessoais são movimentadas junto à da empresa. Neste sentido não há como controlar o fluxo de caixa e o verdadeiro faturamento da empresa. Muitas empresas não sabem qual o custo do produto e o quanto ela deve produzir para maximizar a utilização dos custos fixos.

Outra dificuldade é a divulgação dos produtos, há pouco marketing por falta de dinheiro para investir e muitas vezes desconhecimentos das estratégias de comercialização. Uma pesquisa do Sebrae realizada em 2003 demonstra que 52% dos empreendimentos informais têm como principal consulta outras pessoas do ramo e amigos com negócio próprio. Pelo fato de não ter boa instrução sobre administração, esses empreendedores devem buscar auxílio externo de consultores, organizações (como o Sebrae), além de outras iniciativas que buscam o aprimoramento dos empresários brasileiros.

O problema tangível é mais fácil de resolver e de reconhecer que é preciso ajuda externa. Por exemplo, quando um veículo automotivo quebra, logo se procura um mecânico se não for possível resolvê-lo por conta própria, pagamos o que for preciso para solucionar a falha na máquina para que volte imediatamente a funcionar. No caso da empresa que está com problema intangível, o empreendedor não é capaz de reconhecer que não pode resolvê-lo sozinho e a máquina (empresa) continuará a funcionar com deficiência.

2.4.3 Política de Apoio

É inquestionável a necessidade de políticas de apoio para os pequenos empreendedores. O governo deve articular meios para facilitar e estimular os pequenos empreendedores que surgem a cada ano, além dos que já estão no mercado. As principais dificuldades externas são a taxa elevada de impostos; carga trabalhista muito elevada; excesso de burocracia, principalmente para a formalização do negócio e para aquisição de financiamentos. Além da exclusão das pequenas empresas nas compras governamentais.

2.4.4 Conjuntura Econômica

A conjuntura econômica desfavorável, com juros elevados, consumo deprimido e forte concorrência contribui para o fechamento das empresas, principalmente as pequenas que

são as primeiras a serem afetadas. Uma das principais queixas dos empreendedores diz respeito à diminuição do poder de compra dos consumidores, conseqüentemente há uma diminuição no faturamento e uma disputa muito acirrada com a concorrência.

3. DIAGNÓSTICO LOCAL

3.1. HISTÓRICO

O movimento de ocupação urbana no Itaim Paulista começou na década de 50. Antes de começar a migração de nordestinos, que eram em grande maioria, e daqueles que vinham do interior do Estado de São Paulo. O bairro era predominantemente rural, com chácaras de descanso e hortas de famílias estrangeiras, como japoneses, húngaros, italianos e outros.

Nesta mesma década, o centro do Itaim Paulista era pouco povoado e o trem era o principal meio de transporte. Este bairro localiza-se entre as margens do Rio Tietê e a antiga estrada São Paulo – Rio de Janeiro, hoje denominada como Avenida Marechal Tito, muito conhecida porque dava acesso a outro Estado. Hoje, esta é uma das principais avenidas do bairro, contemplando comércio e serviços em toda a sua extensão.

A ocupação começou principalmente pelos trabalhadores da indústria Nitro-Química Brasileira, localizada em São Miguel Paulista (bairro adjacente) e pelas fábricas da região do ABC. Simplesmente por ser uma terra distante do centro histórico, aproximadamente 40 quilômetros, deu margem a vários empresários especuladores que lotearam as terras do bairro sem sequer o mínimo de infra-estrutura. Faltava tudo: água, luz, asfalto, escola, planejamento urbano. Problemas que até hoje não estão resolvidos. A região é também povoada com alguns conjuntos habitacionais como o CDHU, o problema é que esses projetos não compreendem nenhum tipo de estrutura como escolas, creches, postos de saúde, áreas de lazer, transporte coletivo, etc...

A região é cortada por seis córregos que correm no sentido norte-sul até desaguar no Rio Tietê. Os córregos Itaquera-itaqueruna, água vermelha, Lajeado, Itaim, Tijuco preto e três pontes já foram para os moradores opção de lazer e fonte de renda, o bairro já concentrou no

seu passado, várias olarias para produção de tijolos, cerâmicas, telhas e louças. Favorecidos principalmente pelo solo irrigado e pela demanda gerada nas grandes construções no centro de São Paulo.

O conglomerado de casas humildes e favelas que se formaram às margens dos afluentes do Tietê são imensos, resultado do processo de ocupação desordenada sofrida pelo bairro. Foi em 1980 que o Itaim Paulista, que até o momento fazia parte de São Miguel Paulista, foi emancipado e elevado a condição de distrito autônomo.

3.2. SÃO PAULO E A CRIAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS

Tabela 5: Estimativa Populacional do Município de São Paulo

ESTIMATIVA POPULACIONAL							
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2000/2005 E 2010							
Unidade Territorial	População						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2.010
Município de São Paulo	10.434.252	10.525.697	10.617.943	10.710.997	10.804.867	10.899.560	11.385.617
<i>Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000.</i>							
<i>Estimativas 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2010 - realizadas com base na taxa de crescimento 1991/2000.</i>							
<i>Elaboração: Prefeitura da Cidade de São Paulo - Sempla/Deinfo</i>							

São Paulo é o maior pólo econômico brasileiro e também a maior cidade da América do sul e quarta maior de todo o mundo. Com 1.525 quilômetros quadrados e 10.434.252 habitantes, segundo o censo realizado em 2000. A estimativa é que neste ano de 2005, o total da população aumentou para 10,9 milhões de habitantes. É importante também considerar que a força de uma grande cidade como São Paulo, impulsiona toda a região circunvizinha. A região metropolitana possui 17,879 milhões de habitantes e representa 10,53% do total da população brasileira. A cidade de São Paulo possuía em 1872 apenas 31.000¹ habitantes, o

Rio de Janeiro nesta época era a cidade mais populosa do Brasil.

A capital paulista já presenciou um altíssimo crescimento relacionado à migração e a imigração e ao processo de industrialização. No ano de 1960 já era considerada a maior cidade do Brasil com 3,8 milhões de habitantes. Tal crescimento foi gradativamente desacelerando, entre 1960 e 1970 tínhamos 258% de crescimento, hoje a situação é completamente diferente, apenas 0,6% de crescimento ao ano. Dos 96 distritos de São Paulo, atualmente 54 tem a população decrescente. Apenas três distritos têm taxas de crescimento maior que 4% ao ano: Parelheiros, Cidade Tiradentes e Anhanguera. O Itaim e Curuçá tiveram em média 2,5% de crescimento anual.

A Suíça, com apenas 7 milhões de habitantes, conta com um complexo sistema de subdivisões administrativas, com governo federal, cantões, comunas e outras. O Líbano, com toda a sua complexidade, tem 4 milhões de habitantes, e um território de 10 mil quilômetros quadrados. A região metropolitana de São Paulo tem 8 mil. Administrar uma metrópole é administrar um país. (DOWBOR, 2004).

A descentralização administrativa iniciou-se em 1965 com a divisão da cidade em sete regiões administrativas. Com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos, a prefeitura regionalizou a cidade a partir de critérios demográficos e indicadores socioeconômicos e estabeleceu um limite em torno de 500 mil habitantes.

A lei 13.399 de primeiro de agosto de 2002 criou as subprefeituras, respeitando a divisão dos 96 distritos existentes, de modo a permitir a utilização dos dados estatísticos disponíveis. Administrar uma cidade como São Paulo é uma tarefa muito complicada, nota-se que quando dividida é possível identificar melhor os problemas de cada região e planejar junto com a população local, que é a real interessada, as soluções para o desenvolvimento do bairro. As subprefeituras representam o poder público mais próximo da população, principalmente daqueles mais distantes e periféricos, como é o caso do Itaim Paulista e Curuçá.

Dentre os principais objetivos da descentralização destaca-se: A eficiência

administrativa, principalmente pelo fato de que as Subprefeituras terão oportunidade de conhecer melhor que são os seus administrados; A participação popular, que também é dos pontos fortes, pois cria mecanismos facilitadores de utilização do capital social. Nas Subprefeituras é possível a ação integrada de diversas áreas como saúde, educação, transportes, lazer, cultura e outros.

3.3. ASPECTOS FÍSICOS E POPULACIONAIS

A subprefeitura do Itaim Paulista/Vila Curuçá tem 21,7 km² de área, está localizada na região leste da cidade de São Paulo. É formada pelo distrito do Itaim Paulista e da Vila Curuçá e faz divisa, no norte e ao oeste, com a Subprefeitura de São Miguel Paulista; ao sul, com a Subprefeitura de Guaianazes e com o município de Ferraz de Vasconcelos; ao sudeste, à Subprefeitura de Itaquera; ao leste, com o município de Itaquaquecetuba; ao sudoeste, com o município de Poá.

Tabela 6: Estimativa Populacional de 2000 a 2010

Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais - 2000/2005 e 2010.							
Subprefeituras/Distritos	2000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2010
Município de SP	10.434.252	10.525.697	10.617.943	10.710.997	10.804.867	10.899.560	11.385.617
Sub Itaim Paulista	359.215	367.188	375.111	382.968	390.742	398.415	434.578
Distrito Itaim Paulista	212.733	218.443	224.164	229.886	235.598	241.288	268.945
Distrito Vila Curuçá	146.482	148.745	150.946	153.082	155.144	157.128	165.633

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Estimativas 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2010 - realizadas com base na taxa de crescimento 1991/2000.

Elaboração: Prefeitura da Cidade de São Paulo/ Sempla/Deinfo

A população estimada deste ano é de 398.415 habitantes, aos quais 59% encontram-se no Itaim Paulista e 41% no distrito de Vila Curuçá. Entre 1991 e 2000¹, sofreu um crescimento populacional estável, com taxa anual de 2,5%.

Nesta Região predomina uma população jovem - 30,8% da população é menor de 15 anos, 29,54% tem idade entre 15 a 29 anos. Esta população jovem sofre bastante com o

desemprego, falta de segurança e também pela falta de espaço público para lazer na região.

No período de 1991 a 2000, houve uma diminuição de filhos por mulher em idade fértil, o que representa uma pequena melhora na qualidade de vida da família. Se não houvesse essa diminuição, certamente ficaria mais difícil ainda atender toda a demanda com os escassos recursos destinados à região. Outra mudança também representativa é o número de domicílios chefiados por mulheres, em 1996 eram em 16%, no censo de 2000 representam 22,22%. É notável a grande participação dos jovens nos movimentos sociais, nas pressões ao governo e na preocupação com as condições estruturais da região.

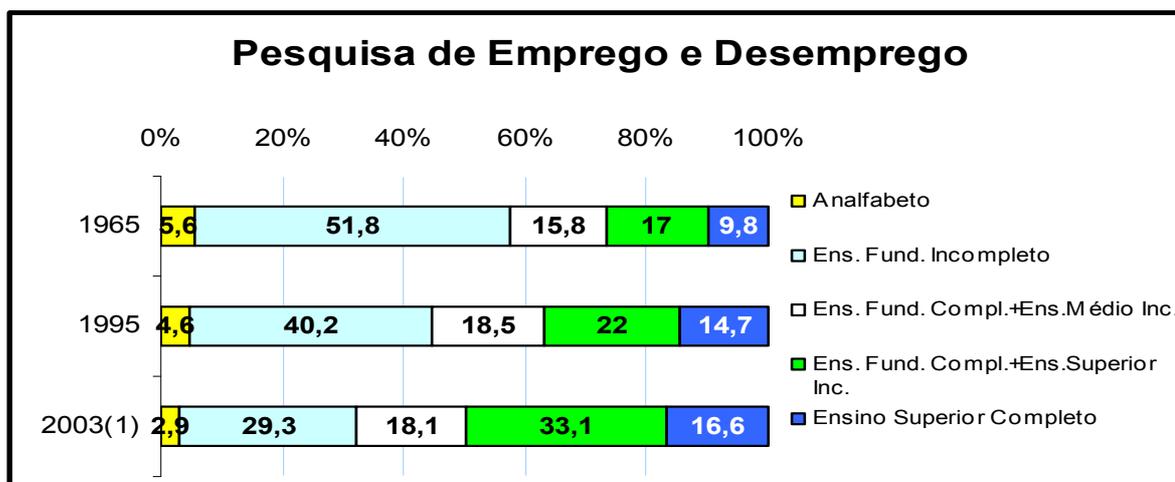
3.4. ASPECTOS ECONÔMICOS

Tabela 7: Empregos em São Paulo e Itaim Paulista

Tabela de Empregos		
Município de São Paulo	2.222.518	100%
Subprefeitura Itaim Paulista	10.203	0,46%
Distrito Itaim Paulista	5.792	0,26%
Distrito Vila Curuçá	4.411	0,20%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (RAIS) – DATAMEC

Dos 2.222.518 empregos da capital de São Paulo, apenas 0,26% pertencem ao Itaim Paulista, 0,20% pertencem a Vila Curuçá. Estes números mostram o tamanho da exclusão que existe na cidade de São Paulo, enquanto alguns bairros possuem 4,5% dos empregos, como é o caso do Itaim Bibi e outros como Anhanguera 0,08%, Guaianazes 0,17% e Cidade Tiradentes 0,10% sofrem pela falta de oportunidade.

Gráfico 5: Exigência de escolaridade nos empregos

Fonte: SEP – Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego

Outra dificuldade é o nível de ocupação dos empregados em São Paulo, à medida que o emprego é escasso, mais são as exigências para ingressar no mercado de trabalho. Em 1985, o número de empregados com ensino igual ou superior ao ensino médio era de 27%, as pesquisas mostram que esse número aumentou para 50%. Esses dados são alarmantes porque o nível de escolaridade desta região é muito baixo se comparado às outras regiões da cidade, a taxa de analfabetismo da Subprefeitura do Itaim Paulista é de 7,05%¹ enquanto a do município é de 4,88%. Além disso, a média de estudos é da Subprefeitura é de 5,78% e a da cidade de 7,67%. Fica claro que se deve melhorar o nível de escolaridade para que se tenha acesso aos empregos oferecidos. A média desta população só conseguirá concorrer a 50% dos empregos, ficando evidente a desvantagem com relação aos bairros da região central. Se somados a distância de 40 quilômetros do centro, vemos que ficam menor ainda as expectativas de uma população tão jovem.

A Subprefeitura do Itaim Paulista em sua economia local tem mostrado baixo desempenho em relação à geração de postos de trabalho e renda em sua própria região. Dos 5.792 empregos no distrito do Itaim Paulista, 11,2% são gerados na indústria de

transformação; apenas 0,2% corresponde aos serviços industriais de utilidade pública; 5,2% à construção civil; 54,6% para o comércio varejista e 28,8% ao setor de serviços. Na Vila Curuçá dos 4.411 observa-se números semelhantes: 13,6% na indústria de transformação; 0,4% atividades industrial de utilidade pública; 4,9% à construção civil; 57,1% para o comércio varejista e 24,1% no setor de serviços.

Considerando que a população da região em idade ativa é de 236.017, verifica-se que somente há um emprego para cada vinte e três (23) habitantes em idade ativa.

Tabela 8: Rendimento do Chefe de Família do Itaim Paulista e São Paulo

Rendimento Chefe de Família	Itaim Paulista (%)	MSP (%)
Sem Rendimento	15,42	10,43
Até 5 Salários Mínimos	63,7	47,55
Mais de 5 Salários Mínimos	20,16	32,58
Mais de 20 Salários Mínimos	0,72	9,44
Rendimentos Médios de Chefes de Família (R\$)	524,91	1.325,43

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Os bairros da região central e também do centro expandido de São Paulo, são os únicos que apresentam uma média de mais de 30% de famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos, outras regiões como Mooca e Mandaqui mostram de 20 a 30%, mas nas regiões periféricas as estatísticas não passam de 10% da população.

A maior parte da população da região Itaim Paulista e Curuçá está na faixa de até 5 salários mínimos 63,70%. Estes dados são preocupantes, pois o número de moradores em cada domicílio é de 3,82.

IDH-M baixo - São áreas essencialmente carentes, onde se aglutinam os excluídos dos benefícios urbanos. O processo de valorização dessas áreas se dá com a melhoria de condições de acesso à área “central”, foi a região que apresentou os maiores índices de crescimento populacional na última década. São representantes dessa faixa as seguintes subprefeituras: Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaim Paulista, Jardim Ângela, Parelheiros, Perus, São Mateus, São Miguel, Sapopemba, Socorro e Tremembé (PEDROSO, 2003, p.44).

Criado em 1990 pelo programa nações unidas para o desenvolvimento, o IDH tem o objetivo de mensurar e comparar o desenvolvimento humano das nações e posteriormente foi aprimorado, sendo que hoje é possível identificar o IDH até por pequenas regiões (setor censitário).

Na análise do desenvolvimento são levada em consideração a longevidade, a renda e a educação. Tão importante como o PIB, estes indicadores sociais devem servir de guia para o administrador público que querem diminuir a exclusão e melhorar a qualidade de vida.

A subprefeitura do Itaim Paulista tem 3,2% dos habitantes da cidade e representa apenas 0,46% dos rendimentos totais do município, seu IDH é de 0,67%, ficando na 28º pior posição. Como temos 31 subprefeituras, isto quer dizer que somente três subprefeituras tiveram índices piores que o Itaim, a saber: Capela do Socorro 0,67%, Parelheiros 0,65% e Jardim Ângela 0,64%. A média mensal per capita é de R\$ 138,94 com esperança de vida de 70,1 anos.

4. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

4.1 REDE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A primeira etapa do plano de desenvolvimento local do Itaim paulista foi a sensibilização das lideranças representativas da localidade. Mediante inúmeras reuniões na região, foi apresentado todo o projeto de desenvolvimento, buscando a integração com a sociedade. Houve abertura para discutir as principais necessidades dos pequenos empreendedores locais. As primeiras impressões da comunidade deixaram claro que este seria o caminho certo a tomar, embora muitos ainda olhavam com olhar de desconfiança, pensando ser apenas a propaganda de uma nova administração pública.

O plano nasceu do inconformismo da nova gestão local pública frente à situação precária do bairro e da falta de planejamento, que resultou em um bairro populoso, sem infraestrutura, educação, lazer e principalmente sem trabalho e renda. A grande vontade do poder público em transformar esta realidade, empoderando a comunidade para que estes participassem não só do orçamento participativo, escolhendo ruas e escolas prioritárias para ação pública, mas sim que fizessem parte de um projeto de desenvolvimento socioeconômico, com a finalidade principal de geração de emprego e renda, transformando assim as vidas das pessoas. Sem renda não há dignidade humana, a criminalidade aumenta, o assistencialismo aumenta e a baixa estima da população fica cada vez pior.

Nos encontros e reuniões já realizados, descobriu-se a grande capacidade de envolvimento comunitário e o surpreendente foi a grande participação de jovens e adolescentes. Com razão, eles pleiteiam cursos de capacitação para que possam enfrentar o mercado de trabalho, áreas públicas de lazer e cultura, e apoio às diversas manifestações de cultura da região. A aceitação do projeto em apenas alguns meses de exposição e mobilização

foi tanta que, a população começou a gerar expectativas de intervenção do governo no ambiente. Isto demonstra a grande necessidade de intervenção e também o fortalecimento do capital social da região que pode propiciar com que o projeto de desenvolvimento seja contínuo, de forma sustentável e capaz de sobreviver em prazo longo de tempo.

A construção de parcerias não é uma tarefa fácil, muitas entidades se aproximaram para conhecer o projeto, verificar o envolvimento da sociedade, mas só começaram a surtir os primeiros compromissos, após perceberem que o projeto não é apenas um modismo, mas sim que as idéias já estavam amadurecidas e que a população integrou-se a essas idéias. Durante esse estágio houve a sensibilização de inúmeras instituições de fomento, organizações de capacitação técnica, universidades de pesquisa, outras instâncias do governo. A finalidade é de construir um ambiente de parcerias, em que cada um em sua especialidade pode contribuir nas transformações da dura realidade sócio-econômica da região.

4.2 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Um dos passos mais importantes do projeto é a criação de um espaço exclusivo para tratar de assuntos de interesse do desenvolvimento local, onde parceiros estratégicos e a própria equipe técnica possam discutir os projetos com ampla participação das lideranças comunitárias. Em geral os fóruns de desenvolvimento devem contar, no mínimo, com 0,1% da população da localidade, neste projeto da região do Itaim Paulista e Curuçá, foram mobilizadas diretamente mais de 500 pessoas através das mais diversas câmaras temáticas.

A Agência de Desenvolvimento Local tem por missão a gestão dos recursos existentes, aproveitando as potencialidades da região e a identificação de parcerias que venham agregar valor no processo de dinamização do desenvolvimento socioeconômico de maneira sustentável e integrada.

Os participantes são orientados que o seu trabalho é de voluntariado, pois não haverá compensação financeira pelo tempo despendido nas reuniões e nos fóruns de discussões. O espaço aberto é democrático, garantindo uma prática social participativa, sempre flexível a novas idéias e à troca de experiências.

Todo o projeto com uma abrangência social como este, precisa ter a aceitação e inspirar a confiança das pessoas, nas 78 reuniões realizadas pela equipe inicial do projeto, houve uma confiança muito grande depositada, isto foi o motivador principal para a continuidade dos trabalhos de desenvolvimento da região.

A base teórica deste trabalho tem comprovado que para a continuidade dos planos de desenvolvimento local ele deve ser endógeno, o ingrediente fundamental é participação comunitária. Um dos grandes objetivos da Agência de Desenvolvimento é a transformação em uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) porque a credibilidade será maior por parte dos parceiros que estão se aproximando, muitos temem que as ações de desenvolvimento estejam no monopólio do poder público e que possa extinguir com o fim do mandato.

4.3 EQUIPE GESTORA E CÂMARA TEMÁTICA

A estrutura organizacional do projeto constitui um tripé de sustentação, a primeira parte é o conselho participativo deliberativo composto pelos parceiros, provedores de recursos: materiais, humanos e tecnológico e também formado pela comunidade local através de seus representantes. A segunda parte refere-se aos executivos da agência, que é a gestora comum com as câmaras temáticas. São constituídos por técnicos da Subprefeitura, voluntários, universidades parceiras e pela equipe multidisciplinar de consultores das mais diversas áreas: empreendedorismo e associativismo, administrativo-financeiro, comercial, jurídico, técnica e arte, terapia psico-social e educação vivencial.

Figura 1: Equipe Gestora e Câmara Temática (CT)



Fonte: equipe do projeto de desenvolvimento local - Itaim Paulista

As câmaras temáticas congregam os técnicos executivos da câmara com a comunidade de empreendedores especificamente de cada arranjo produtivo local. Isto porque cada câmara temática refere-se a um arranjo produtivo. Os arranjos potenciais já identificados e com formação de câmaras temáticas de trabalho são: alimentação, moda, reciclagem, artesanato, serviços e cultura.

As experiências já idealizadas pelo projeto mostram a grande importância das câmaras temáticas, cada arranjo produtivo local suas especificidades e capital social em diferentes estágios. A organização por arranjo permite criar estratégias de atuação para cada um, pois os níveis de interferência são diferenciados, outro aspecto importante é que essas câmaras temáticas representam a real participação da comunidade, nas discussões de suas áreas e no planejamento das ações pertinentes.

Os executivos da agência têm a função de promover a organização, a incubação e a animação econômica dos arranjos produtivos locais e busca de parcerias que seja convergente

com os objetivos estratégicos do desenvolvimento. É a equipe que executará as estratégias deliberadas pelo conselho participativo.

Tabela 9: Cadeiras produtivas identificadas

CADEIAS PRODUTIVAS – Itaim Paulista	
APL:	Áreas envolvidas:
Moda	Roupas esportivas - Costureiras isoladas – Desfile
Alimentação	Panificação - Doces e salgados - Agricultura urbana - Gastronomia regional
Reciclagem	Materiais recicláveis - Entulho de construção
Artesanato	Artífices
Cultura	Grupos musicais - Grupos de teatro - Grupos de artes visuais - Grupos de esportes - Comunicação, Rádio, Jornal local.
Serviços	Manicure – Podóloga - Cuidador de idoso - Mecânicos, Eletricistas, Pintores e Pedreiros – Serralheria.

Fonte: equipe do projeto de desenvolvimento local - Itaim Paulista

4.4 DIAGNÓSTICO LOCAL

O capítulo terceiro tratou do diagnóstico local, levantando informações sócio-econômicas da região do Itaim Paulista e Curuçá. O problema é que esses dados não são divulgados com uma periodicidade anual, tornando difícil a mensuração de resultados obtidos com o projeto. A solução está no grande apoio deste projeto, que são os agentes comunitários de saúde. Eles obtêm todas as informações sócio-econômicas de cada setor censitário, e com esse trabalho é possível atualizar essas informações num curto prazo de tempo. Estes agentes têm contribuído nas câmaras temáticas e nos levantamentos já citados, pois conhecem quem são os empreendedores latentes e emergentes de cada região.

Estas informações já foram utilizadas para um pré-diagnóstico e são fundamentais para planejamento das ações. Para levantamento de informações há uma parceria com a IFLALAC através do projeto Base Comum de Conhecimento Cidadão – BCCC. Além dessa,

há também parceria com a BIREME para elaboração de rede de informação local, com destaque para a rede das agentes comunitárias de saúde.

4.5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O objetivo geral do plano é a promoção do desenvolvimento humano e socioeconômico, com base na geração de trabalho e renda, considerando as potencialidades e as fragilidades locais, com o apoio e integração da comunidade nos processos de decisão e no fortalecimento do capital social.

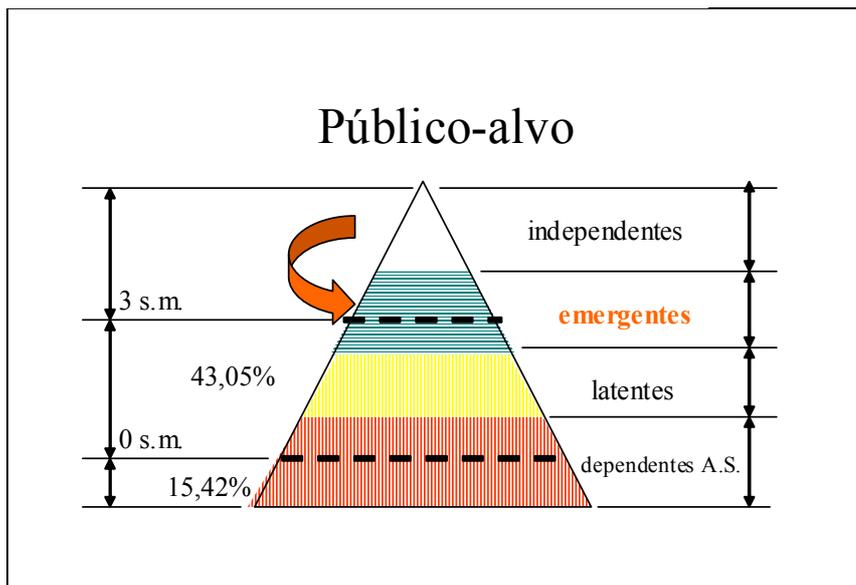
O plano tem como objetivos específicos:

- Articular uma nova dinâmica de geração de trabalho e renda através do apoio aos pequenos negócios e fomento ao empreendedorismo;
- Fomento dos arranjos produtivos locais emergentes de maneira que cada arranjo tenha seu planejamento estratégico específico.
- Garantir e estimular a integração da comunidade local nos processos de decisão, fortalecendo o capital social e promovendo a cidadania.
- Aglutinar os mais diversos parceiros, promovendo a participação de organizações não governamentais, universidades, outras instâncias do poder público, agências de fomento e de crédito.
- Disseminar e compartilhar recursos de informação, bases de dados, pesquisas, para dinamizar a rede local dos atores sociais envolvidos.
- Elaboração e acompanhamento do diagnóstico local e a elaboração de indicadores de mensuração de resultados.

- Estabelecer ações de melhoria dos níveis educacionais e estimular as formas cooperativas, associativas e consorciadas de produção que compõem a economia solidária.
- Buscar parceiros provedores de recursos financeiros, humanos, técnicos, tecnológicos.
- Implementar ações de melhoria de infra-estrutura urbana, proporcionando um ambiente favorável para o desenvolvimento socioeconômico.

4.5.1 Público Alvo

Figura 2: Público alvo da Agência de Desenvolvimento



Fonte: equipe do projeto de desenvolvimento local - Itaim Paulista

A administração pública não deve ser mais apenas assistencialista, pois este ciclo vicioso nunca tem seu fim, as pessoas com o passar do tempo continuam dependentes de ajuda externa. Na subprefeitura do Itaim Paulista identificou-se uma grande necessidade de alteração no ambiente da região, principalmente com relação aos pequenos empreendedores latentes e emergentes. Os empreendedores latentes são aqueles que estão no limite do

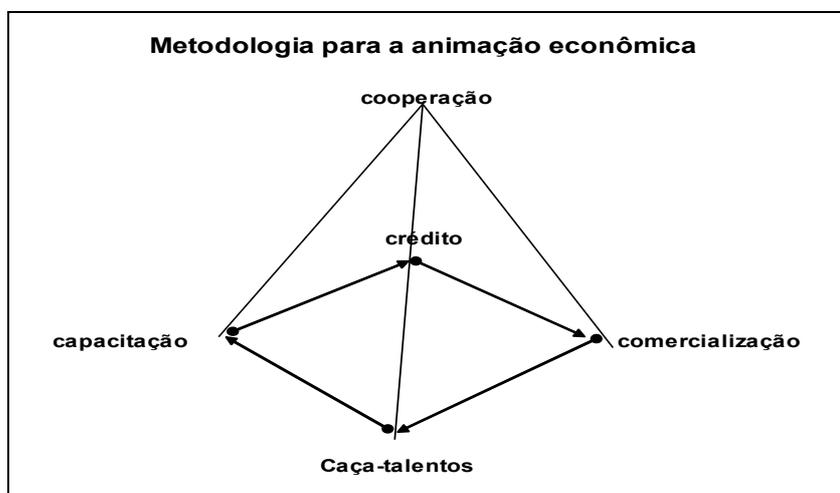
assistencialismo, geram renda para sobreviverem, mas geralmente estão timidamente no mercado e acabam produzindo serviços e mercadorias com muitas intermediações. Carecem de muita ajuda externa, pois, não têm capital para investimento e também há falta de habilidades gerenciais.

Os empreendedores emergentes são aqueles que procuram desenvolver-se, mas precisam de ajuda externa para dar esses passos, muitos chegam a produzirem em larga escala, mas falta qualidade, design, habilidades comerciais, controles administrativos e gestão de negócios.

O público alvo do plano de desenvolvimento é, a princípio, os empreendedores latentes e emergentes, pois precisam de interferência para desenvolver-se. Os empreendedores independentes, como o nome já diz, estão num grau melhor de desenvolvimento, possuem habilidades gerenciais e acesso ao capital para expandirem os seus negócios, embora o plano é abrangê-los a médio ou longo prazo.

4.5.2 Metodologia para animação econômica

Figura 3: Metodologia 5 C's



Fonte: equipe do projeto de desenvolvimento local - Itaim Paulista

No decorrer do trabalho da agência de desenvolvimento, mostrou-se a importância do acompanhamento sistêmico dos empreendedores, segundo o SEBRAE, 60% não conseguem chegar ao 5º ano de vida. Diante disto, vemos a necessidade de uma metodologia que visa o desenvolvimento completo de cada empreendedor, através de 5 fases fundamentais: Operação caça talentos, Capacitação, Crédito, Comercialização e Cooperação.

4.5.2.1 Primeira fase: Operação caça talentos

Primeiramente, consiste na identificação dos empreendedores latentes e emergentes da região. O papel dos agentes comunitários é fundamental nesta fase, pois além de fazerem divulgação, possuem cadastro de cada setor censitários, com dados que vão desde o perfil socioeconômico a propensão empreendedora. Outra fonte importante são as câmaras temáticas, que a cada nova reunião, surgem novos interessados em participar das reuniões do grupo. Há outros cadastros de programas de governo, fontes informacionais como o Censo IBGE, RAIS.

Outra ação importante desta fase é diagnosticar o grau de capacitação individual no campo técnico, comercial, gerencial e administrativo-financeiro, para então providenciar as capacitações necessárias.

4.5.2.2 Segunda fase: Capacitação

Esta é uma das mais prioritárias ações de intervenção, devido à falta de conhecimentos técnicos gerenciais da população carente do Itaim Paulista e Curuçá.

Através dos diversos parceiros, SEBRAE, São Paulo Design, Senac, dentre outros, procura-se firmar entendimentos para encaminhá-los às capacitações específicas ao qual tem necessidade. A equipe executiva da agência de desenvolvimento local providenciará os encaminhamentos e instruções aos empreendedores nas seguintes áreas: Empreendedorismo e associativismo, Administrativo-financeiro, Comercial, Jurídica, Técnica e arte, terapia psico-

social e Educação vivencial.

4.5.2.3 Terceira fase: Crédito

Uma das principais dificuldades dos empreendedores é a falta de acesso ao sistema bancário. No Brasil existem iniciativas como o banco de fomento BNDS, mas os pequenos comerciantes não conseguem ter acesso devido a grande burocracia e a falta de apoio. Este crédito destinado a fomentar a economia Brasileira acaba caindo em mãos de apenas alguns grandes empresários. Para dinamizar a economia não basta apenas conceder crédito, infelizmente para muitos acaba servindo como fonte para um maior endividamento. A solução está na ação integrada de orientação para o crédito, através de planos de negócios e cursos de capacitação.

4.5.2.4 Quarta fase: Comercialização

Muitos empreendedores da região do Itaim Paulista e Curuçá produzem produtos e serviços com qualidade, mas não sabem comercializar, tornando-se fáceis vítimas de exploradores, que os transformam de quarteirizados ou quinteirizados de grandes lojas de marca da cidade e do mundo. A solução está diretamente nas câmaras temáticas, pois através dela há o encontro dos diferentes atores das cadeias produtivas, que podem associar-se para romper os entraves e ter acesso ao mercado mais amplo.

4.5.2.5 Quinta fase: Cooperação

A última etapa do plano de ação é a cooperação. O cooperativismo é a forma podem encontrar as soluções à comercialização dos seus produtos e serviços. De forma cooperada, sem dúvida, ele terá melhor acesso ao grande mercado, redução de despesas administrativas e mais produtividade. Esta forma, ao contrário das empresas individuais que visam apenas lucro, buscam o desenvolvimento humano, a sociabilização, a qualidade de vida e distribuição de renda entre seus cooperados. A equipe executiva da agência já acompanha seis

cooperativas que estão na fase de registro. Sem dúvida, o associativismo e o cooperativismo geram um impacto maior na sociedade, ele simboliza a distribuição de renda, pois são capazes de absorver grande quantidade de pessoas.

4.5.3 Pontos Fortes e pontos fracos do projeto

O ponto forte do projeto é o contato direto com os empreendedores latentes e emergentes através das câmaras temáticas, onde há espaço aberto para expor os problemas e discutir as melhores soluções para cada cadeia produtiva.

Esses encontros possibilitam o mapeamento preliminar dos talentos e potenciais e o estágio de desenvolvimento das cadeias produtivas, servindo como base para o planejamento das ações do projeto.

Um outro ponto forte é o envolvimento de vários colaboradores, técnicos voluntários. O exemplo disto são os agentes comunitários de saúde, que são o braço direito do projeto, eles difundiram as idéias projeto e são uma grande fonte de informações. Os parceiros, universidade, Organizações não governamentais, bancos de fomento deram votos de confiança no projeto e motivam a equipe a construir uma base sólida para o projeto.

O ponto fraco é a falta de convergência das ações da administração pública. O gestor público é o indutor do projeto, mas deve contar cada vez mais com o apoio de parceiros e da sociedade para vencer as montanhas burocráticas. Outra dificuldade é de orquestrar os parceiros no tempo, não se pode depender de um parceiro, deve-se articular das mais diversas parcerias para que o trabalho não seja prejudicado em decorrência da demora. O principal obstáculo a ser vencido será a quebra da expectativa paternalista e a descontinuidade do projeto em médio prazo.

4.6 A fundação da OSCIP

Esse será o passo mais importante do projeto para a autonomia do processo de desenvolvimento local. Com a transparência da OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) é fortalecida a construção de uma organização autônoma, de caráter público e social capaz de celebrar convênios e contratos de parcerias, com vários órgãos públicos, Prefeitura, Estado e Governo Federal.

A OSCIP será um grande passo porque a equipe trabalhará de forma autônoma, realizando projetos e gerindo recurso próprio. Quando fundada esta instância formal, significa que o desenvolvimento local incorporou-se a sociedade e este estágio mais avançado facilitará a celebração de parcerias e acabará com a fragilidade e a dependência do governo local.

4.7 Resultados parciais

O projeto de desenvolvimento local do Itaim Paulista e Curuçá ainda está na fase de implantação que, aliás, é a fase mais difícil do projeto, pois foi preciso muita persistência por parte da pequena equipe inicial.

Dentre os resultados podemos destacar as construções de parcerias, muitos em fase de construção. Graças à cooperação de técnicos e animadores de rede voluntários, colaboramos com a formação de seis cooperativas de trabalho que estão em fase de registro, além do suporte técnico a outras cooperativas já formadas.

Outro destaque é a parceria para base de informações com a IFLALAC, para o projeto base comum de conhecimento cidadão e parceria BIREME para elaboração de rede de informação local.

Não pode ficar a parte, o projeto de um shopping solidário para a região, este espaço

que já está sendo reformado, servirá para incubagem de pequenos empreendedores. Com espaço para comercialização, degustação, treinamento e também para apresentação de shows de variados gêneros.

CONCLUSÃO

Os resultados da presente pesquisa apostam a grande necessidade de intervenção no ambiente socioeconômico da região, o processo desestruturado de urbanização transformou em uma região distante das indústrias e carente de educação, lazer, atividades culturais, infraestrutura urbana e principalmente trabalho e renda. Boa parte dos jovens não tem acesso aos empregos formais devido à baixa escolaridade e falta de qualificação profissional.

O projeto de desenvolvimento local foi concebido a partir do inconformismo do poder público e da população pelo pouco recurso financeiro, em contra partida, a grande necessidade de desenvolvimento de uma região que foi esquecida nas políticas públicas por décadas, quando os investimentos eram concentrados apenas na região central da cidade. A saída para grande parte da população foi sobreviver nas atividades comerciais informais, no nosso caso informal no sentido de pequeno e sem muita organização. Nestas aventuras são despendidos trabalho e capital que muitas vezes são desperdiçados, pois 60% não chegam a cinco anos de atividade. Fica claro o governo precisa muito mais que uma atitude assistencialista para reverter o quadro aqui exposto, somente um projeto construído com a comunidade pode reverter este quadro, não com planejamento em curto prazo, que termina com o fim de uma administração pública, mas sim num prazo maior organizado e planejado. A população está exaurida de projetos que com uma nova administração pública acabam, desperdiçando os recursos e o tempo gasto.

No desenvolvimento do trabalho, nos referenciais teóricos e na prática da implantação, ficou claro que o projeto de desenvolvimento local só terá êxito em longo prazo se ele obter os seguintes quesitos: integração e sustentabilidade. A integração refere-se ao envolvimento de múltiplos atores: a população, os parceiros provedores de recursos e o

governo local. A sustentabilidade, neste sentido, diz respeito a ter um padrão de organização que se mantém ao longo do tempo.

As reuniões realizadas pela equipe inicial do projeto, com técnicos da Subprefeitura e consultores voluntários, trouxeram grande mobilização na sociedade que, aos poucos foram se integrando ao projeto. Ao longo das discussões deste trabalho, observamos que aglutinar a sociedade e os parceiros para este projeto foi uma tarefa difícil, mas compensadora. Todos esses esforços fortalecem a base do projeto e uma sinergia muito grande. Aos poucos foi se formando uma grande rede comunitária, principalmente com uma rede pré-existente de agentes comunitários de saúde. Um dos passos mais importante foi o contado direto com muitos arranjos produtivos locais, como alimentação, moda, reciclagem, artesanato, serviços e cultura. Estes encontros proporcionam a união desses atores, resultando em uma rede fortalecida em busca de soluções específicas para os entraves que existem em cada arranjo produtivo. Dessa união formou se algumas cooperativas, pois estes cooperados acreditam que podem enfrentar melhor o mercado de forma conjunta.

Como já dito, as parcerias são fundamentais neste processo de desenvolvimento, muitos parceiros foram se integrando ao projeto: universidades de pesquisa, organizações não governamentais, instituições nacionais e internacionais, bancos de crédito e fomento, outras instâncias do governo, que auxiliaram a fomentar a economia solidária, através de recursos humanos, materiais, creditícios e tecnológicos.

A implantação de um espaço reservado para os encontros da equipe de desenvolvimento local, dos parceiros e de representantes da sociedade é fundamental, por isso, no início de 2006, os trabalhos começaram a serem realizados em um local fixo: na agência de desenvolvimento local. O problema central do projeto é a fragilidade com relação à descontinuidade em médio e longo prazo, mas no decorrer do trabalho descobrimos que quanto maior a integração de múltiplos entes no processo, maior a probabilidade de sucesso.

O governo deve apenas agir com indutor do processo e um dos múltiplos atores envolvidos, e está sendo assim no Itaim Paulista e Curuçá.

Um passo muito aguardado e que deve ser dado sem precipitação é a transformação da agência em uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), com esse tipo de constituição teremos maior legitimidade frente às parcerias e autonomia para administrar os diversos recursos. A equipe da agência foi estruturada com uma equipe multidisciplinar, dando suporte e encaminhamentos necessários em diversas áreas: administrativa, financeira, comercial, jurídica, técnica e arte, terapia psico-social, empreendedorismo, associativismo e educação vivencial. A metodologia de animação da agência procura acompanhar estes empreendedores até a sua fase de maturação, desde a identificação de suas potencialidades, auxílio no plano de negócios, capacitação, apoio ao crédito, comercialização e cooperação.

Acreditamos que todas essas ações de fomento e integração ira transformar a realidade local, em um ambiente mais favorável aos empreendedores, aumentando o capital social e fortalecendo a democracia. Um exemplo bem claro do grau de envolvimento social deste projeto é o shopping da economia solidária, este espaço cedido como doação fica próximo a um grande supermercado e a um shopping da região. Um banco está investindo na reforma do galpão e a equipe da agência já está preparando o projeto. O espaço será de incubagem de micro-produtores e também reservado para eventos culturais, como música, arte, teatro e etc.

O presente trabalho tem as dimensões sócio-econômicas, e constitui em um projeto que contempla medidas para alavancar a economia e desenvolver o capital humano (através de conhecimento e habilidade), o capital social (com o fortalecimento da rede local) e o capital sinérgico. Cabem ainda estudos para os complexos problemas da região, construir estratégias para alavancar o nível de escolaridades, proporcionar cursos profissionalizantes

para os jovens da região; e também soluções nas áreas da saúde, educação, habitação, lazer e cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. *Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 2000, Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BAVA, Silvio Caccia, Org. *Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda*. Ed. 25. São Paulo, Pólis, 1996.

BOM ANGELO, Eduardo. *Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BONDUK, N. **ROLDIK**, R. *Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*. In: **MARICATO**, E. (org). *A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-ômega, 1982.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

COELHO, Franklin Dias. *Restruturação Econômica Políticas Públicas e as Novas estratégias de Desenvolvimento Local*.in:**BAVA**, S. C. (org).*Desenvolvimento Local: Geração de emprego e renda*. São Paulo, Pólis, 1996.

COLEMAN, J. *The Foundations of Social Theory*.Harvard University Press, Cambridge, 1990.

COSTA, Eliezer F. da . *Estratégia Empresarial*. São Paulo, Saraiva, 2002.

DOWBOR, L; **BAVA**, S.C. *Políticas Municipais de emprego*.in:**BAVA**, S. C. (org).*Desenvolvimento Local: Geração de emprego e renda*. São Paulo, Pólis, 1996.

DOWBOR, Ladislau. *A comunidade Inteligente: visitando as experiências de gestão local*.in: **BAVA**,S.C. *et alii*. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002. página 33-51.

DOWBOR, Ladislau. *A intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento*.in:BAVA, S. C. (org).*Desenvolvimento Local: Geração de emprego e renda*. São Paulo, Pólis, 1996.

DOWBOR, Ladislau. *Administrar a metrópole: um desafio sempre adiado*. 2005, in: Prefeitura do Município de São Paulo, *Região Metropolitana de São Paulo: gestão em debate*,.PMSP,2004.

DOWBOR, Ladislau. *Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais*.in: X CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD SOBRE A REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Santiago-Chile, 2004, 20 p.

ECONOMIA INFORMAL URBANA. Observatório Sebrae, Brasil: SEBRAE, 2005.

EMURB. *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo, Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, 2005, 420 p.

FRANÇA, Cássio Luiz, CALDAS, Eduardo de Lima, VAZ, José Carlos (org.). *Aspectos Econômicos de experiências em desenvolvimento local: um olhar sobre a articulação de atores*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004 (Publicação Polis, 46).

FRANÇA, Cássio Luiz, VAZ, José Carlos, SILVA, Ivan Prado (org.). *Aspectos Econômicos de experiências em desenvolvimento local*. São Paulo: Instituto Pólis, 2002 (Polis, 40).

FRANCO, A. *Por que precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável?*Revista *Século XXI*., Brasília, Instituto de Política e Ed. Millenium, n°.3, 2000.

FRANCO, Augusto. *Ação Local: a nova política da contemporaneidade*. Brasília: Ágora / Instituto de Política / Fase, 1995.

GOMES, Gustavo Maia e VERGOLINO, José . *A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordeste*, IPEA, Texto para Discussão, Brasília, 1995.

GUIMARÃES, Pedro Wilson. *Cadeias Produtivas e Desenvolvimento Local*. São Paulo, 2004.

IBGE, *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002*. Observatório Sebrae, Rio de Janeiro: IBGE, 2002, 195 p.

KOWARICK, L. *A espoliação Urbana*, São Paulo, Paz e Terra, 1979.

LAKATOS, Eva Maria e **MARCONI**, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MAMIGONIAN, Armen. *Padrões tecnológicos mundiais :o caso brasileiro*. Revista Geosul, v. 28, n. 14, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local*. São Paulo, Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PEDROSO, M. M. *Desenvolvimento humano no município de São Paulo: Uma cartografia socioeconômica como contribuição ao planejamento de políticas públicas*. São Paulo, CEBRAP, 2003, 129p.

PLAMPONA, J. Batista. *A atividade Informal do Comércio de Rua e da Região Central de São Paulo*.in:EMURB.*Caminhos para o centro:estratégias de desenvolvimento para a região de São Paulo*. São Paulo, CEBRAP, 2004.

PLANOS REGIONAIS ESTRATÉGICOS. Subprefeitura Itaim Paulista, São Paulo: SEMPLA PMSP, 2004.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: Guia do conhecimento como poder*. São Paulo, Vozes, 2000.

SÃO PAULO, Lei Municipal n.º 13,399, de agosto de 2002. *Dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências*. São Paulo, 1º de agosto de 2002.

SEBRAE. *Economia informal urbana: observatório Sebrae julho de 2005*, São Paulo. SEBRAE. 2005.

SEBRAE. *Guia do candidato empreendedor*, Brasil, SEBRAE, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 20.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

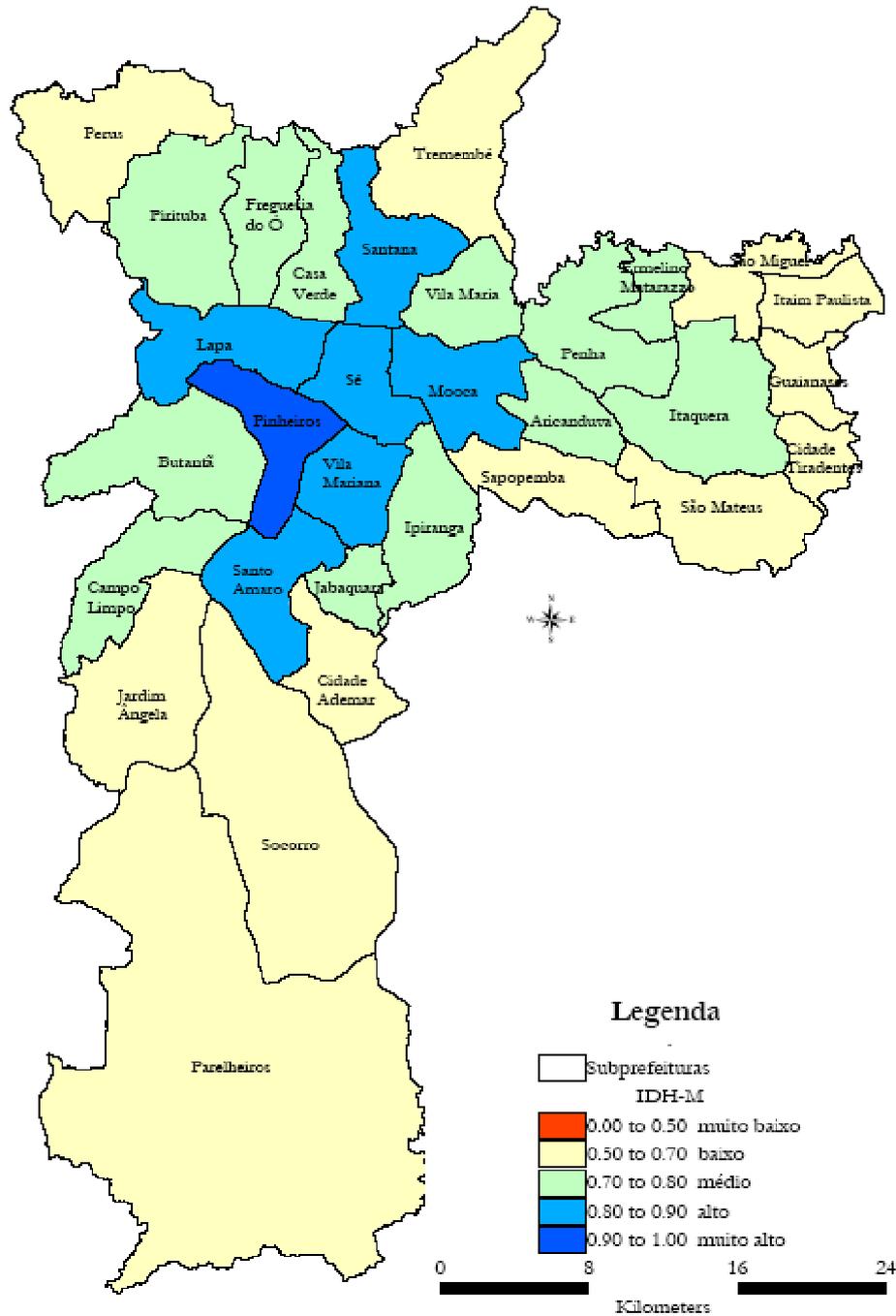
TENÓRIO, Fernando Guilherme; **DUTRA**, José Luis Abreu; **MAGALHÃES**, Carla Marisa Rebelo. *Gestão social e Desenvolvimento Local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa*. Anais do XXVIII ENANPAD – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Curitiba – PR: 2004.

TORRES, H. G, **MARQUES**, E. *Reflexões sobre a Hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano*. In: REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, nº 4, 2001.

WRIGHT, Peter *et all*. *Administração Estratégica*, São Paulo, Atlas, 2000.

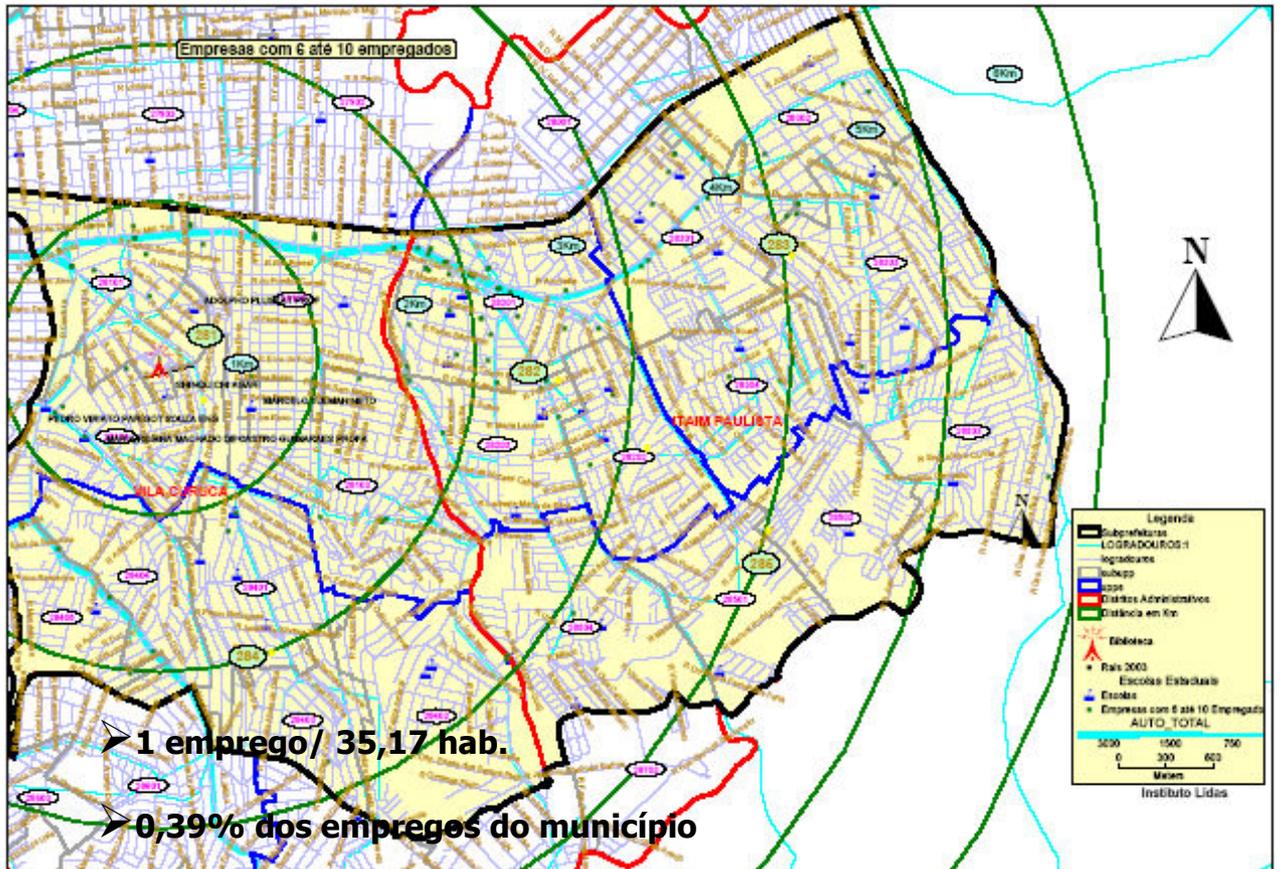
ANEXOS

Anexo 1: IDH-M das Subprefeituras



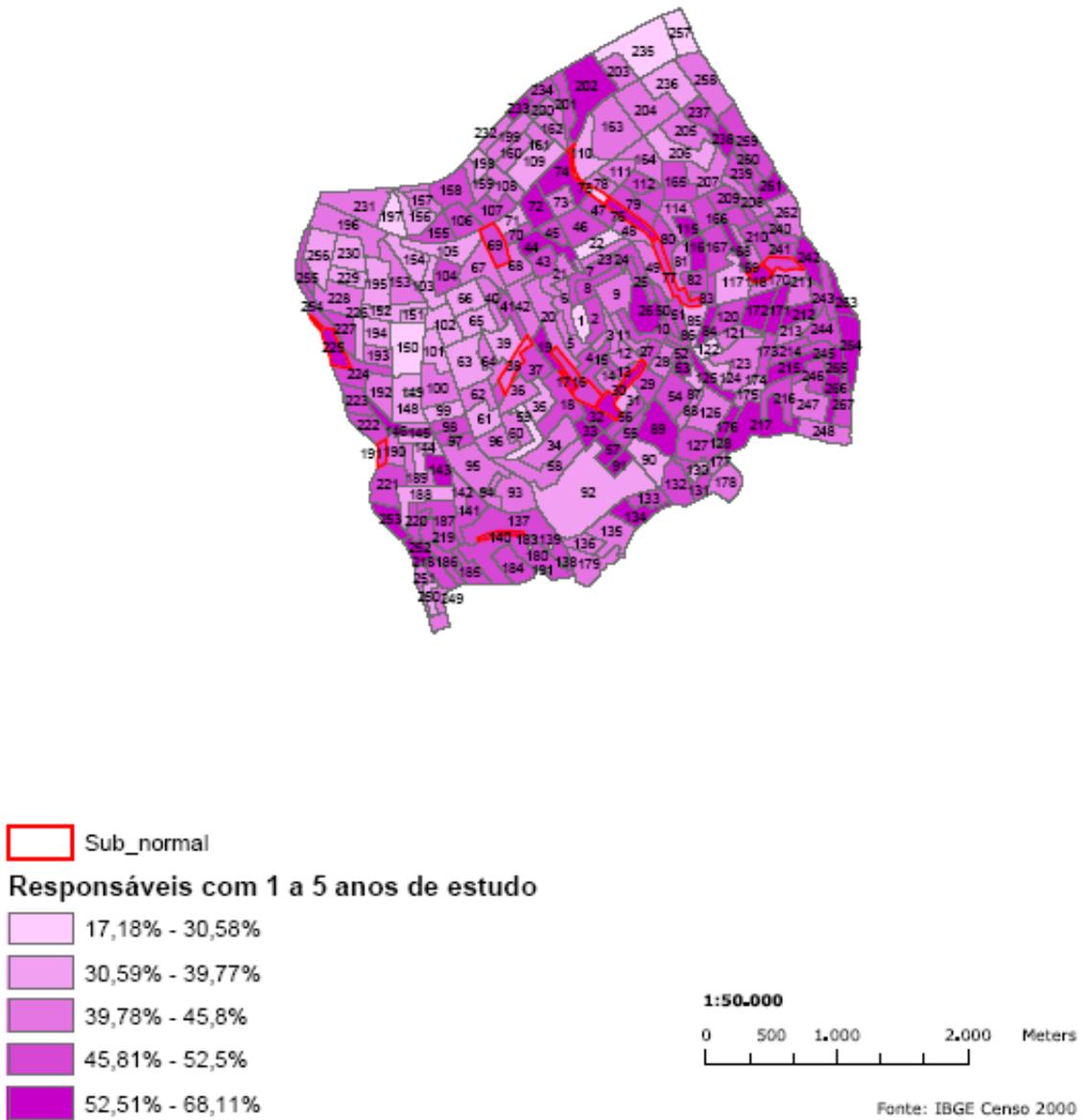
Fonte: Dados Básicos IBGE, elaborado por PEDRO, Marcel de Moraes

Anexo 2: Empresas com 6 a 10 empregados por setor censitário



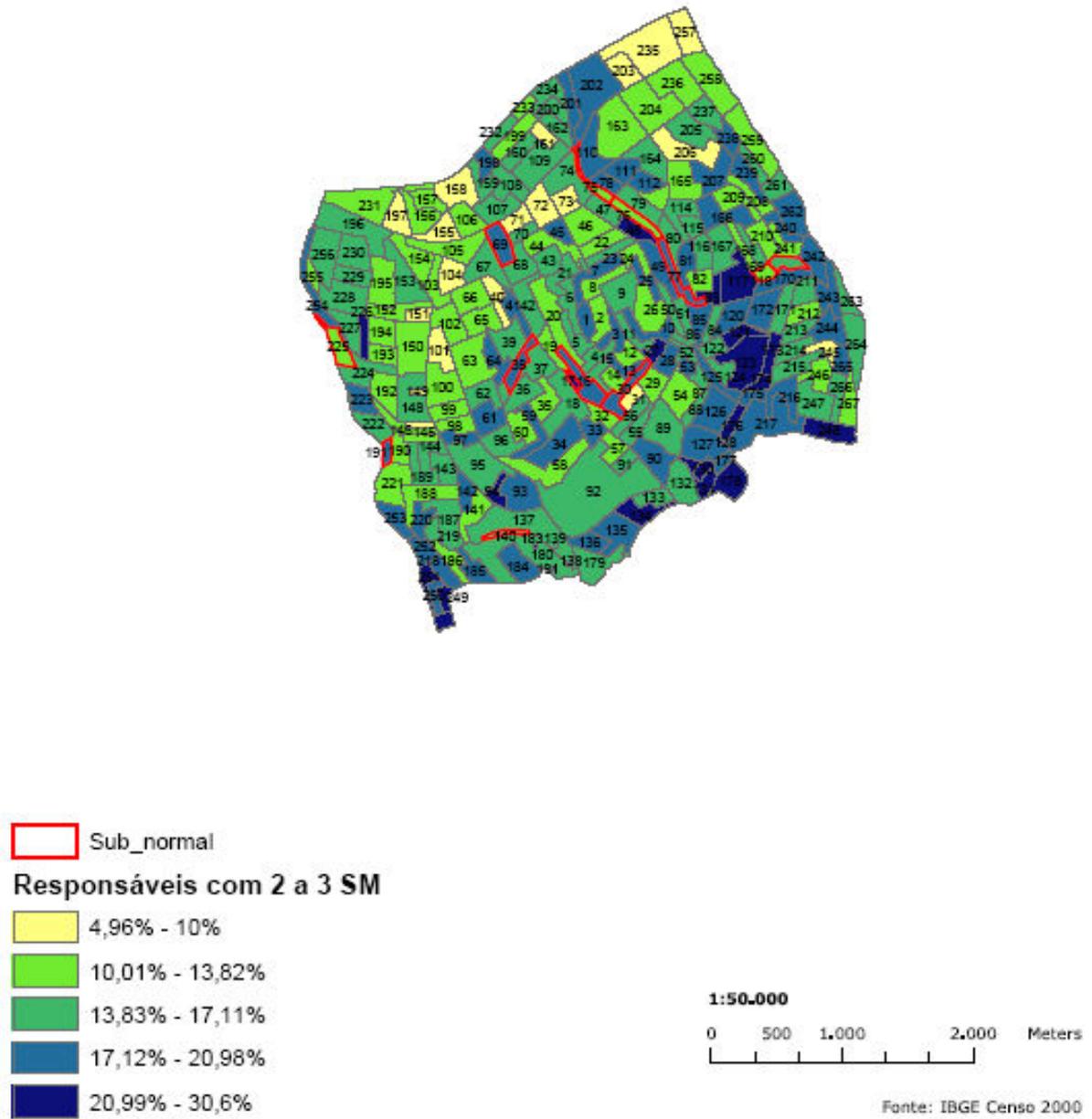
Fonte: Subprefeitura Itaim Paulista

Anexo 3: Responsáveis com 1 a 5 anos de estudo – Distrito Itaim Paulista



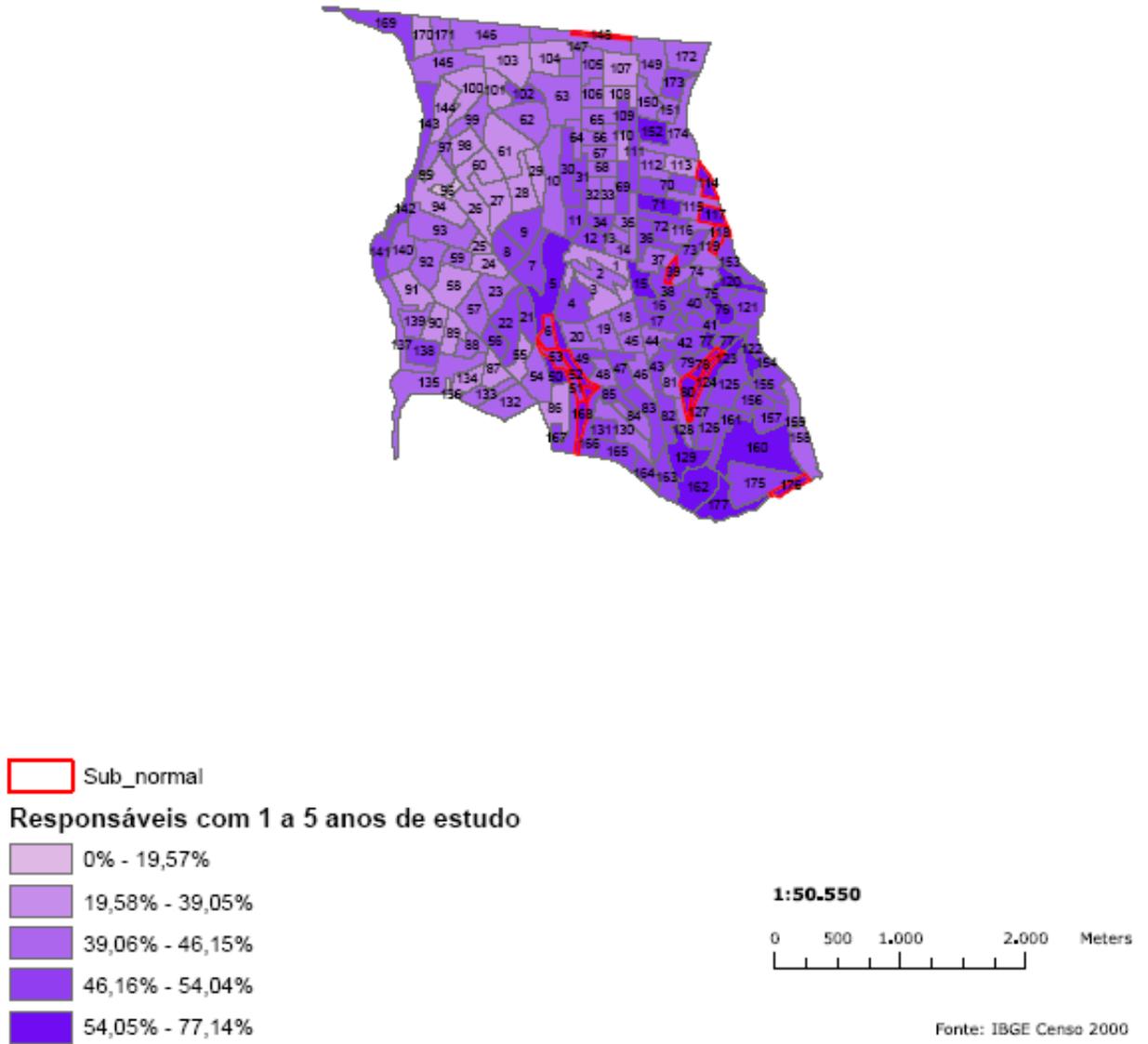
Fonte: Dados básicos IBGE - Subprefeitura Itaim Paulista

Anexo 4: Responsáveis com 2 a 3 salários mínimos – Distrito Itaim Paulista



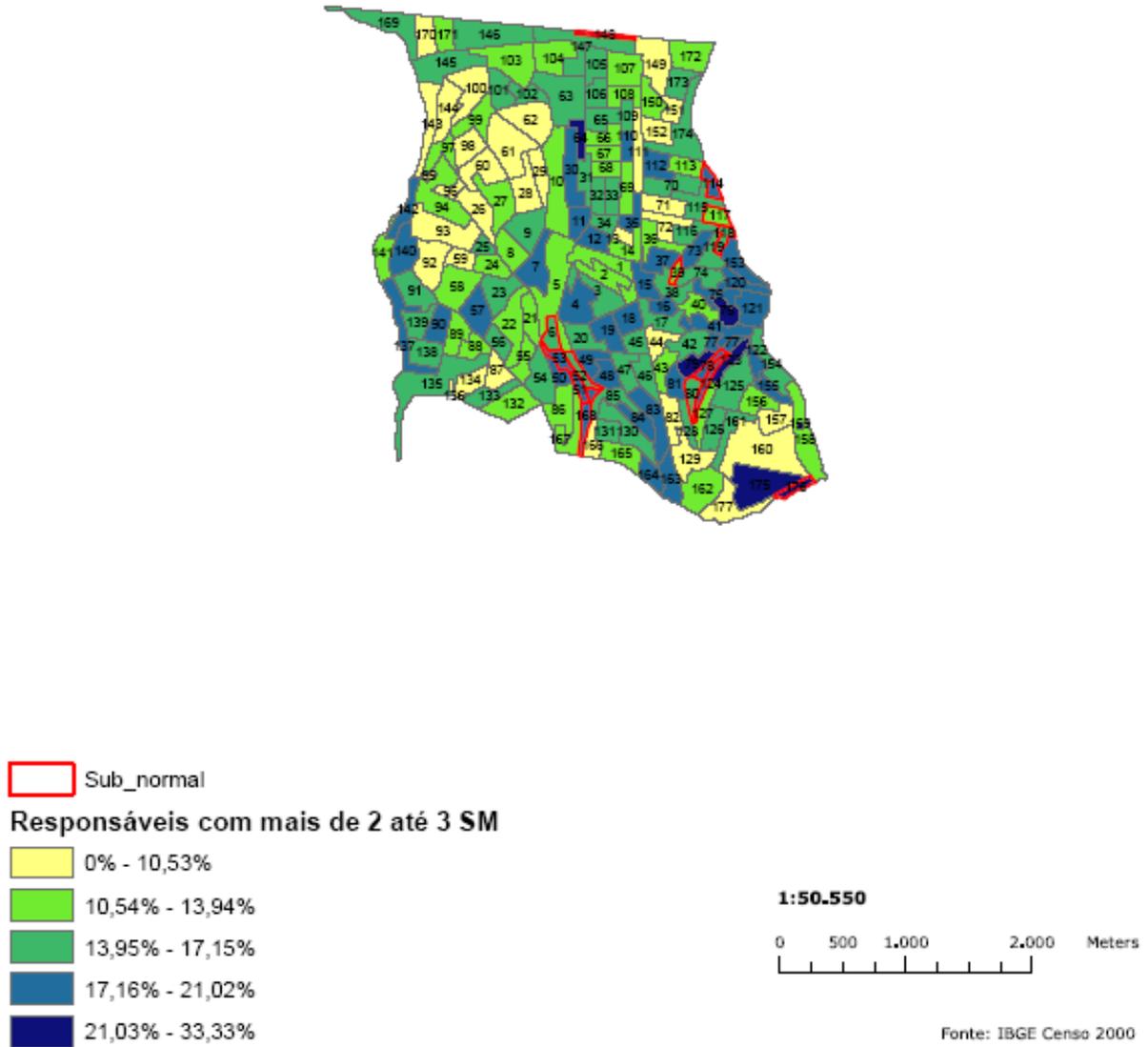
Fonte: Dados básicos IBGE - Subprefeitura Itaim Paulista

Anexo 5: Responsáveis com 1 a 5 anos de estudo – Distrito Vila Curuçá



Fonte: Dados básicos IBGE - Subprefeitura Itaim Paulista

Anexo 6: Responsáveis com 2 a 3 salários mínimos – Distrito Vila Curuçá



Fonte: Dados básicos IBGE - Subprefeitura Itaim Paulista á

Anexo 7: Ranking IDH-M para as Subprefeituras

Ranking IDH-M para as Subprefeituras de São Paulo

Posição	Subprefeituras	IDH-M	IL	IE	IR	População	%
1ª	Pinheiros	0,91	0,88	0,95	0,89	261.362	2,5
2ª	Vila Mariana	0,88	0,88	0,93	0,84	318.844	3,1
3ª	Lapa	0,85	0,87	0,90	0,77	282.187	2,7
4ª	Santo Amaro	0,85	0,85	0,91	0,77	241.830	2,3
5ª	Sé	0,84	0,86	0,90	0,75	365.815	3,5
6ª	Santana	0,81	0,84	0,87	0,69	322.296	3,1
7ª	Mooca	0,80	0,83	0,87	0,71	312.421	3,0
8ª	Butantã	0,79	0,81	0,86	0,67	384.561	3,7
9ª	Aricanduva	0,76	0,82	0,83	0,62	251.311	2,4
10ª	Ipiranga	0,76	0,79	0,84	0,64	418.493	4,0
11ª	Campo Limpo	0,74	0,85	0,81	0,57	471.179	4,5
12ª	Vila Maria	0,73	0,79	0,81	0,59	301.793	2,9
13ª	Ermelino Matarazzo	0,73	0,81	0,81	0,57	200.191	1,9
14ª	Casa Verde	0,73	0,78	0,82	0,58	351.617	3,4
15ª	Jabaquara	0,73	0,70	0,84	0,63	188.826	1,8
16ª	Penha	0,73	0,75	0,83	0,60	487.364	4,7
17ª	Pirituba	0,71	0,74	0,81	0,56	419.528	4,0
18ª	Itaquera	0,70	0,75	0,80	0,54	479.710	4,6
19ª	Freguesia do Ó	0,70	0,74	0,80	0,55	345.541	3,3
20ª	Cidade Ademar	0,69	0,77	0,79	0,52	367.626	3,5
21ª	Perus	0,69	0,79	0,79	0,50	106.063	1,0
22ª	Sapopemba	0,69	0,68	0,81	0,58	558.938	5,4
23ª	Guaianases	0,68	0,80	0,77	0,48	258.504	2,5
24ª	Tremembé	0,68	0,68	0,81	0,55	243.870	2,3
25ª	São Miguel	0,68	0,75	0,79	0,51	380.909	3,7
26ª	Cidade Tiradentes	0,68	0,74	0,80	0,48	185.506	1,8
27ª	São Mateus	0,68	0,73	0,79	0,51	382.521	3,7
28ª	Itaim Paulista	0,67	0,75	0,78	0,49	351.132	3,2
29ª	Socorro	0,67	0,71	0,79	0,52	567.919	5,4
30ª	Parelheiros0	0,65	0,74	0,76	0,44	129.692	1,2
31ª	Jardim Ângela	0,64	0,64	0,78	0,50	516.703	5,0
		0,74	0,78	0,83	0,61	10.434.252	100

Fonte: Dados básicos IBGE, elaborado por PEDRO, Marcel de Morais

Anexo 8: Estimativa de cidades – pesquisa IBGE

Grupos de habitantes (por mil)	Números de Municípios	População estimada em 2002
Brasil	5560	174.632.960
Até 2	119	194.788
Mais de 2 a 5	1246	4.364.957
Mais de 5 a 10	1316	9.413.426
Mais de 10 a 20	1342	19.090.126
Mais de 20 a 50	989	29.359.280
Mais de 50 a 100	309	21.342.561
Mais de 100 a 200	123	16.827.426
Mais de 200 a 500	82	24.427.383
Mais de 500 a 1.000	20	13.359.426
Mais de 1.000	14	36.253.587
Fonte: IBGE, Estimativas de população -2002 e 2003. Banco de Dados Municipais (IBANCO).		